

Ana Nunes de Almeida

Trabalho feminino e estratégias familiares*

As migrações do campo para a cidade são uma componente maior da sociedade portuguesa contemporânea. Constituem também um tema consideravelmente popular na sociologia europeia. Os fenómenos migratórios abrem de facto um campo aliciante à investigação: através deles se podem pôr à prova as propostas teóricas respeitantes ao impacto de novas situações materiais de existência nas práticas e representações de indivíduos ou grupos sujeitos a esses processos de mudança. A família constitui, a este respeito, uma unidade de análise privilegiada.

Tem sido grande, porém, a tentação de se acentuar o corte radical entre os comportamentos de antes e depois da chegada à cidade, a distância e a diferença entre o passado e o presente. Como se a instalação num mundo novo, a cidade, despiisse automaticamente as famílias de práticas e valores adquiridos em meio rural. Aquelas mais não seriam, aliás, do que objectos passivos e receptáculos de mudanças externas: a estrutura e a função da família acomodar-se-iam sem resistência à natureza e à direcção dessas alterações exteriores. A família na cidade, no mundo industrial, seria, de certa maneira, o negativo da família do campo, em meio rural; perde funções económicas produtivas e passa a responder a necessidades de consumo e de estabilização afectiva dos indivíduos; sob a forma nuclear ou conjugal, governada pelo sentimento que aproxima os indivíduos, isola-se da rede alargada de parentes e vizinhos; a mobilidade geográfica dos indivíduos e a residência neolocal dos novos casais distanciam e rarificam contactos entre gerações; no seu interior, as próprias funções dos cônjuges sofrem uma especialização de tipo idêntico à que atingiu outras instituições sociais: o marido assume no exterior o papel instrumental de ganha-pão; a mulher completa-o no interior da família, empenhando-se na conservação do equilíbrio afectivo do lar. Cola-se à família o ritmo do progresso da sociedade industrial¹.

Contudo, sob o impulso da teoria etnológica e da história económica e dum conhecimento mais aperfeiçoado da família nas sociedades rurais, surge nos anos mais recentes uma perspectiva diferente: presta-se uma atenção crescente aos fenómenos de continuidade dos comportamentos familiares

* Este projecto foi parcialmente financiado pela JNICT; na realização e transcrição das entrevistas indispensáveis à recolha do material empírico colaboraram, como tarefeiros, Maria Manuel Baptista Vieira da Fonseca e João Alfredo dos Reis Peixoto. O texto beneficiou dos úteis comentários de Maria Filomena Mónica e José Machado Pais, a quem reconhecidamente se agradece.

¹ Ver, a este propósito, as teses de T. Parsons em, por exemplo, *Family, Socialization and Interaction Process*, Nova Iorque, The Free Press, 1955.

tradicionais em meio urbano. Nesta óptica, a família não seria tanto uma tábua rasa onde se vêm imprimir mecanicamente sinais exteriores, mas antes uma instituição activa capaz de preservar e reproduzir estratégias adquiridas, de resistir a essas pressões externas, ou mesmo até capaz de agir sobre a própria mudança. Exige-se igualmente, e por outro lado, um respeito prudente pelo princípio da diversidade: no campo ou na cidade, não há modelos únicos de família. As estratégias familiares adquirem cores e tonalidades diferentes, consoante os grupos sociais a que se referem.

Desdobram-se, assim, os níveis de análise: no presente cruzam-se tempos diferentes; a variável classe social obriga a considerar a pluralidade do termo «família».

Sob o pano de fundo dos movimentos de migração, interessou-nos estudar o impacte das novas experiências materiais (implicadas na instalação na cidade) nas estratégias de famílias da classe trabalhadora que, em meados do século, afluem a Lisboa.

Essa relação é especialmente ilustrada através de um elemento fundamental da organização de tais famílias: a mulher e o seu trabalho, dentro e fora de casa. No campo, antes da partida, elas constituíam comunidades de trabalho e (ou) produção, reunindo em volta de objectivos de sobrevivência comum mão-de-obra masculina e feminina, adulta ou infantil. A ligação entre trabalho e família era estreita e forte a interdependência entre percursos individuais e estratégias familiares. As tarefas diferenciadas, dentro e fora da casa, requisitavam a participação contínua das suas mulheres — mães e filhas. O objectivo primeiro desta investigação era então seguir os percursos femininos na cidade e explorar a sua relação com as estratégias familiares, depois de reconstituídas para o meio rural. Através desta análise poderemos também recolher elementos importantes para discutir o papel que a família assumiu como um todo ao longo dos processos de mudança implicados num movimento migratório e, depois, na fixação em meio urbano.

PISTAS E PROBLEMAS

Os historiadores sociais anglo-saxónicos têm debatido com alguma profundidade a questão da natureza, características e função do trabalho de mulheres² de classes populares de origem rural que no momento da industrialização europeia acorrem às cidades. Embora as sociedades e os tempos históricos sejam outros (a Inglaterra e a França entre os anos 1750 e 1850), a polémica de fundo que se gerou pode servir-nos para interpretar e ilustrar situações semelhantes vividas posteriormente em Portugal.

² Ver, a este propósito, de E. Shorter: «Capitalism, culture and sexuality; some competing models, in *Social Science Quarterly*, Setembro de 1972, vol. 53, pp. 338-356; «Female Emancipation, Birth Control and Fertility in European History», in *American Historical Review*, vol. 78, n.º 3, Junho de 1973, pp. 605-640; *La Naissance de la Famille Moderne*, Paris, Seuil, 1977; de J. Scott e L. Tilly, «Women's Work and the Family in Nineteenth-century Europe», in *Comparative studies in Society and History*, vol. 17, n.º 1, Janeiro de 1975, pp. 36-64; L. Tilly, J. Scott e M. Cohen, «Women's work and European fertility patterns», in *Journal of Interdisciplinary History*, vol. vi, n.º 3, 1976, pp. 447-476; de L. Tilly, «Individual Lives and Family Strategies in the French proletariat», in *Journal of Family History*, vol. 4, n.º 2, 1979, pp. 137-152; e ainda de L. Tilly e J. Scott, *Women, Work and Family*, Nova Iorque, Holt, Rinehart and Winston, 1978.

Construindo e observando as curvas de fecundidade legítima e ilegítima na Europa entre 1700 e 1950, Shorter verifica o seu aumento numa primeira fase (até 1850), seguido de um acentuado declínio até aos nossos dias. Interessa-nos, por agora, fixar a subida da taxa de fecundidade³. Para Shorter, o aumento do número de concepções pré-nupciais é indicador da desagregação dos valores tradicionais que regulavam, nas comunidades populares, o comportamento dos jovens casais. Ao contrário da tese weberiana segundo a qual o advento do capitalismo se traduziria numa repressão da sexualidade (e que Shorter apenas admite para a classe burguesa empresarial), estes dados demográficos dariam indícios da existência de uma «subcultura» de raiz urbana, assente em novos valores, resultantes da exposição dos jovens trabalhadores às leis do mercado capitalista concorrencial.

A nova subcultura familiar seria uma tradução, em termos de valores, das leis que encontramos naquele mercado, designadamente o primado do interesse, gratificação e liberdade individuais sobre o controlo da comunidade e dos interesses colectivos. Do ponto de vista teórico, e essa é a óptica que nos interessa relevar, tal afirmação significa que novas formas de existência material implicariam uma remodelação rápida dos valores que orientam a acção — os antigos são contestados e recusados e novos valores emergem.

Mais do que ninguém, são os jovens trabalhadores urbanos, nos quais se integram mulheres, que se expõem a essa nova situação material. O seu comportamento teria sofrido alterações notáveis: revoltando-se contra a submissão e a dependência tradicional do grupo, procuram antes de tudo realizar e maximizar os seus próprios interesses, nomeadamente no campo emocional e no da sexualidade. A cidade liberta-os dos controlos interpessoais característicos da comunidade de origem, o salário individual traz-lhes a independência económica; a nova condição da trabalhadora traduz-se então em novos padrões de comportamento: o sentimento (o que Shorter designa por «*romantic love*») passa a ser o primeiro critério na selecção do cônjuge; alteram-se as modalidades do namoro, tornando-se frequentes as relações sexuais entre solteiros — o que, na ausência de técnicas contraceptivas eficazes, se traduz num aumento de nascimentos ilegítimos e, logo, num acréscimo das taxas de fecundidade; nas famílias que se constituem torna-se igualitária a relação de poder entre homem e mulher, companheiros de trabalho e de sentimento. Numa palavra, a jovem operária é finalmente uma mulher emancipada, de «mentalidade liberta»:

*Therefore women's emancipation at the popular level means disregarding outside controls upon personal freedom of action and sexuality for the sake of individuals self-fulfilment*⁴.

Proposta aliciante, mas fragilmente apoiada ao nível empírico, por um lado, e teoricamente polémica, por outro, eis como a consideram Tilly e Scott. Para ambas, Shorter utiliza material empírico insuficiente: a interpretação das curvas de fecundidade faz-se com base em estudos de testemunhos

³ A taxa é calculada para o grupo etário dos 20-24 anos; fica por esclarecer, todavia, a que países ela se refere exactamente: o autor utiliza o termo «Europa» de forma ambígua e imprecisa — referindo-se implicitamente à Inglaterra e à França, estando em todo o caso dela excluídos os países do Sul.

⁴ E. Shorter, «Female Emancipation [...]», cit., p. 616.

escritos na época por «notáveis locais»: médicos de aldeia, pequenos burocratas, eruditos — necessariamente limitados em número e parciais em termos de visão do quotidiano da classe trabalhadora. As ilações que Shorter retira destes textos para validar a sua tese parecem-nos aliás vagas, na medida em que pouco concretiza as suas afirmações: fica por saber quantas e quem são as mulheres que correspondem a essa imprecisa categoria de «jovem trabalhadora», que trabalhos realizavam antes da industrialização no campo (dentro e fora de casa), quais as tarefas assalariadas que passam a ter na cidade e até em que lugares e com que objectivos trabalham.

As autoras consideram, além disso, que os postulados de que parte Shorter são contestáveis do ponto de vista teórico. De facto, este pressupõe uma ligação demasiado mecânica e determinista entre práticas e representações: novas experiências materiais fabricariam necessariamente uma diferente consciência. Não estamos longe, note-se, das teses engelianas do primado e determinação das práticas sobre as ideias. Para Tilly e Scott, o ponto de partida é outro:

*Behaviour is less the product of new ideas than of the effects of old ideas operating in new or changing contexts*⁵.

Quer isto dizer que, no embate com circunstâncias estruturalmente diferentes (a industrialização, a cidade), os indivíduos conservam valores e comportamentos tradicionais. É com eles aliás que se vão adaptar às novas situações e interpretá-las com coerência.

O material empírico que as autoras utilizam é, além disso, mais consistente e completo: aos dados demográficos exaustivamente tratados juntam-se dados económicos relativos ao tipo e características do trabalho das mulheres, solteiras e casadas. Retêm aliás, entre outras, duas situações: o papel da mulher nas «economias familiares» da Europa rural e, posteriormente, na «*family-wage economy*» da Europa industrializada. Concluem que a sua participação, através do trabalho remunerado, no mercado capitalista é afinal o prolongamento de uma experiência tradicional das sociedades camponesas. Antes ou depois da vinda para a cidade, as mulheres trabalham em conformidade com uma estratégia colectiva do grupo familiar, e não com um sentido de emancipação ou libertação individual. As jovens operárias, criadas de servir ou mulheres a dias de origem rural que se instalam na cidade, bem menos do que mulheres revoltadas e contestatárias, são filhas, esposas ou mães impelidas a trabalhar em obediência a necessidades de sobrevivência do grupo familiar a que pertencem — de orientação (para as primeiras), de procriação (para as outras).

Do ponto de vista da sociologia e da sociedade portuguesa, que aspectos nos vão ser úteis neste debate?

Consideramos mais correcta a tese defendida por Tilly e Scott. De facto, opomo-nos à concepção quase behaviourista do comportamento individual, segundo a qual ele é considerado uma resposta imediata a estímulos exteriores; as práticas individuais não são espelhos automáticos de condições materiais de existência colectivas. Para além da sua realidade externa, possuem uma importante dimensão simbólica; as representações de que estão imbuídas constituem um filtro de mediação entre a recepção de informações exter-

nas e a resposta a essas informações. Sem essa constelação de valores adquiridos, o indivíduo não conseguiria manter, sobretudo em meio estranho e adverso, uma acção coerente; tais representações, organizadas em sistema, continuam a indicar-lhe os objectivos da acção, a legitimá-los e a dar-lhe consciência da sua identidade em relação a outros grupos.

O conceito de estratégia (retirado da abordagem praxeológica de Bourdieu) encontra-se subjacente a toda a nossa análise. Transporta consigo, por um lado, uma hipótese explicativa das regularidades verificadas na vida social, entendidas não como «obediência a normas fixas» ou «actos de execução de modelos»⁶ preestabelecidos, mas antes como uma construção resultante da experiência vivida pelos grupos. Nessa acumulação de experiências se adquirem princípios que orientam e dão coerência ao comportamento; é a existência implícita dessa «matriz de percepções, de apreciação e de acção», desse «sistema de disposições duráveis e transportáveis», ou seja, dos *habitus*, que lhe confere as características de regularidade e constância. Gostaríamos de insistir na necessidade de se completar a visão exterior do comportamento, tal como objectivamente se fabrica, com a consideração da sua dimensão interna: nela se jogam valores em função dos quais o actor dirige a sua acção. Noutras palavras, dessas experiências passadas que constroem *habitus* fazem parte também representações que apontam objectivos e legitimam as acções individuais. O conceito de estratégia permite-nos, em conclusão, fazer a passagem do testemunho individualizado e pontual que recolhemos para os *habitus* do grupo familiar considerado como um todo.

Voltando ao nosso tema, pensamos (e essa é a nossa hipótese) que os grupos familiares migrantes de raiz popular e camponesa tendem a reproduzir e conservar na cidade estratégias semelhantes às que desenvolviam nas suas comunidades de partida (e actualizaram ao longo do processo migratório). Utilizando a linguagem de Shorter, diríamos que as «subculturas operárias» dos bairros clandestinos que florescem em Lisboa a partir dos anos 20-30 são bem mais imbuídas dos tradicionais valores de abertura e dependência em relação à comunidade do que de valores de liberdade ou emancipação individuais próprias à lógica de um mercado capitalista. Dentro deste contexto se deve compreender o trabalho das mulheres nestas famílias — não em radical e súbito confronto com o poder do grupo, mas em articulação com as suas estratégias de sobrevivência, consolidadas em meio rural.

A hipótese será posta à prova num meio social particular, seleccionado a partir da sua pertinência teórica; escolhemos um meio que responde, do ponto de vista da sua composição qualitativa, às exigências dessa problemática. Somos tentados a confessar que a nossa opção só muito dificilmente poderia ser outra: o silêncio total da sociologia ou história social portuguesa e a quase inexistência de estudos demográficos ou económicos sobre o tema tornavam difícil tomar à partida um ponto de vista geral. Ao aprofundarmos a abordagem num meio restrito, é certo que perdemos em capacidade de generalização; ganhamos, porém, em aproximação do concreto, na maior riqueza do pormenor significativo, na valorização da dimensão do actor.

Concentrámo-nos, nesta óptica de «experimentação qualitativa», num espaço bem delimitado da área urbana de Lisboa: os bairros de barracas da Portela-Outurela (freguesia de Carnaxide, concelho de Oeiras); neles se vem alojando clandestinamente, desde os anos 20-30, mas sobretudo na década

⁶ P. Bourdieu, *Esquisse d'une théorie de la pratique*, Paris, Droz, 1972, p. 178.

de 60, uma população de origem rural (proveniente de Trás-os-Montes, Alentejo, Minho e pequenas comunidades rurais da periferia de Lisboa), que, na cidade, se vem integrando nos sectores secundário e terciário. Neles recolhemos 43 extensos testemunhos individuais, entrevistando em casa mulheres trabalhadoras que ingressaram, *grosso modo*, nos primeiros fluxos migratórios — «filhas» numa família de orientação (na terra), são «mulheres-mães» numa família de procriação (na cidade). Através do seu depoimento oral, estimulado por um guião semidirectivo, inteiramente gravado e transcrito, reconstituímos as várias etapas do seu percurso familiar e as respectivas experiências de trabalho. Reparamos, assim, que a nossa análise procurou reconstituir trajectórias. Limita-se a abranger, por um lado, três situações envolvidas na categoria (vaga e imprecisa) de mulher: a filha solteira na sua família de origem, a esposa e a mãe na família que criou. Considerámos, por outro lado, no que respeita ao seu trabalho, quatro dimensões interligadas, mas distintas: o trabalho remunerado propriamente dito, que se traduz num salário ou fêria; as formas de trabalho produtivo através das quais se produzem bens ou serviços para consumo da própria família ou para trocas no mercado ou com outras famílias (p. ex., cultivar uma horta, manter uma criação); o trabalho doméstico, ou seja, todas as tarefas respeitantes à «lida da casa» e ao seu governo; finalmente, o trabalho relativo à reprodução biológica da família e à criação dos filhos.

Incidimos, por fim, numa franja de um grupo social restrito: mulheres pertencentes às classes «trabalhadoras». Queremos com este termo designar, muito simplesmente, os indivíduos que partilham a experiência de um trabalho manual, isto é, que utilizam as mãos como instrumento de trabalho. Nelas incluímos não só os operários industriais, como também os artesãos urbanos possuidores de ofícios (alfaiates, sapateiros, estofadores), os empregados no sector dos pequenos serviços (jardineiros, calceteiros, feirantes, lavadeiras, mulheres a dias), os camponeses pequenos proprietários e os assalariados (ver quadros n.^{os} 1 e 2). Para além de semelhante atributo socioprofissional, pensamos que as classes trabalhadoras partilham, na cidade, de uma maneira de viver e de uma certa visão do mundo. Como escreve R. Hoggart, referindo-se à utilização que faz da expressão «*working-class*», ela equivale «não só ao termo de proletariado industrial das cidades do Norte de Inglaterra, mas também a um *ethos* que caracteriza todo um conjunto de camadas sociais»⁷.

Esses idênticos «constelação de atitudes» e «estilo de vida» são abundantemente ilustrados através da superfície morfológica em que esse grupo habita e de que partimos: os bairros de barracas. Na verdade, os bairros de barracas juntam em Lisboa mulheres naturais das zonas mais diversas do País, mas cujas experiências de trabalho e na família singularmente se assemelham. Sob a aparente variedade dos factos e peripécias individuais descobrem-se constâncias e regularidades de uma história passada e presente — que logo se evidenciam numa semelhante ocupação e arrumação do espaço em que as famílias se alojam e que nos remetem para os *habitus* do grupo⁸.

⁷ R. Hoggart, *La culture du pauvre*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1970, p. 37.

⁸ No texto recorre-se frequentemente ao depoimento oral gravado: assinalado entre aspas, procurou-se transcrevê-lo da forma mais fiel possível.

Mulheres entrevistadas — as profissões actuais (percentagem)

[QUADRO N.º 1]

	Desde o casamento.....	13,1	
	Mulher a dias	10,2	
Doméstica (41,1).....	No momento da entrevista (28,0), tendo sido imediatamente antes	Operária 7,7	
		Empregada da limpeza . 2,6	
		Empregada de servir ... 2,6	
		Vendedeira	2,6
Reformada (17,9) de	Operária.....	10,2	
	Mulher a dias.....	7,7	
Mulher a dias (casa particular)		12,8	
Operária.....		7,7	
Taberneira (no bairro)		5,1	
Mulher da limpeza		5,1	
Incapacitada		5,1	
Vendedeira ambulante		2,6	
Costureira		2,6	

Os maridos/companheiros — as profissões (percentagem)

[QUADRO N.º 2]

Operário da construção civil	36,0	
Operário de fábrica	23,1	
Empregado (cobrador, guarda de armazém)	12,8	
	Operário	2,6
Reformado (10,3) de.....	Funcionário público	2,6
	Empregado no comércio.....	5,1
Funcionário público		5,1
Comerciante proprietário		5,1
Desempregado		2,6
Outros.....		5,1

O BAIRRO DE BARRACAS — A RECONSTRUÇÃO DE UMA COMUNIDADE RURAL

Os bairros clandestinos surgem em força nos arredores de Lisboa nos finais da década de 60⁹. Constroem-se em zonas marcadamente rurais, próximo de unidades fabris e de vias de comunicação, escondidos nos limites dos concelhos, refugiados da vigilância camarária. Neles se alojam as famílias recém-chegadas do Portugal rural, que, na capital, vão procurar trabalho na fábrica, nos serviços ou mesmo na lavoura. Estas características encontram-se perfeitamente ilustradas nos bairros de barracas da Portela-Outurela.

Barronhos, Salregos, São Marçal e Alto Montijo situam-se na freguesia de Carnaxide, concelho de Oeiras¹⁰, entre duas vias de acesso a Lisboa: a

⁹ Cf. Raquel Soeiro de Brito, *Lisboa — Esboço Geográfico*, Lisboa, separata do *Boletim da Junta Distrital de Lisboa*, 1976, pp. 180-181.

¹⁰ Concelho que regista um dos mais elevados aumentos de população global entre 1911-40 (121%) e 1940-70 (368%). Cf. Raquel Soeiro de Brito, *op. cit.*, pp. 93 e 95.

estrada Lisboa-Sintra e a auto-estrada Lisboa-Caxias. Foram palco de movimentos de moradores depois de 1974 (dos quais resulta a constituição de uma Associação — A Associação 18 de Maio) e sujeitos de uma intervenção SAAL¹¹.

Os primeiros migrantes que se instalaram na região (por volta de 1930) descrevem-na como zona de quintas de lavoura e de criação de gado — «campos de sementeira» espalhados por encostas desabrigadas e ventosas. Ainda hoje persistem oliveiras, searas, quintas e alguns moinhos degradados.

Os bairros estão actualmente integrados na periferia industrial de Lisboa, cercados por um conjunto de zonas residenciais-dormitórios em franca expansão: Linda-a-Velha, Carnaxide, Alfragide e, mais distante, Miraflores. Existem fábricas instaladas na zona há mais de vinte anos, sendo outras de implantação mais recente. Contam-se entre elas os Cabos Ávila, a Fábrica de Bolachas Triunfo, a Sumol, os Laboratórios Azevedo, oficinas de automóveis (Guerin, nomeadamente), a Tofa e os Laboratórios Kodak. A construção civil, por um lado, e a indústria transformadora, por outro, recrutarão grande parte da sua mão-de-obra não especializada entre os habitantes dos bairros vizinhos da Portela-Outurela, homens e, em menor número, mulheres.

Barronhos foi inicialmente povoado por alentejanos. Com vista panorâmica sobre o estuário do Tejo, é o maior dos quatro bairros, provavelmente também o melhor apetrechado em infra-estruturas (nele existem capelista, telefone, padeiro, taberna, lugar de venda). São Marçal é o mais antigo, recatado e abrigado — cresce ao longo do vale aberto pela ribeira poluída que separa a Portela da Outurela; nele sobrevive uma antiga casa de lavoura, a Quinta do Sales, ocupada depois do 25 de Abril. Salregos é um prolongamento de São Marçal, contornando a mesma ribeira para norte. Alto Montijo, na margem esquerda, rodeia um velho moinho, descendo por uma encosta ventosa.

Em todos eles, a densa implantação das barracas é feita duma forma desordenada e anárquica — entre elas, as comunicações fazem-se por irregulares carreiros de terra que acompanham o acidentado do terreno. Neles cruzam-se vizinhos e brincam crianças e animais domésticos. Entre os regos de água azulada de detergente e os depósitos ou bidões para o lixo esvoaça roupa em estendais, corre água nos tanques e nas fontes públicas, onde se enchem cântaros ou baldes. Pequenas hortas cercadas rodeiam algumas barracas ou contornam a orla dos bairros. Mulheres ao sol, de trajes com marca rural, conversam sentadas em grandes pedras espalhadas pelos caminhos.

As infra-estruturas sanitárias de apoio são extremamente precárias. Os bairros foram sendo sucessivamente electrificados. É insuficiente e parcial a cobertura da rede de água e de esgotos; zonas há em que os moradores não dispõem sequer de fontes públicas. Recentemente, a Câmara colocou bidões de lixo, recolhidos apenas duas vezes por semana.

¹¹ Esta intervenção serve de pretexto à realização de um levantamento social e demográfico dos moradores. Em Dezembro de 1974 verifica-se, nomeadamente, que os bairros têm uma composição etária jovem (36,5% de menores, 57,2% de activos e 5,7% de reformados, inválidos ou cumprindo o serviço militar), uma população masculina maioritariamente operária (na construção civil, em indústrias várias) e um contingente feminino predominantemente ligado ao sector de pequenos serviços (mulheres a dias, de limpeza).

às suas capacidades económicas, a barraca apresenta certas características comuns. A «arquitectura doméstica» tem sido um dos alvos preferidos da história das mentalidades e do quotidiano; de facto, a divisão interior e o arranjo de casa dão testemunhos preciosos do modo de vida dos seus moradores.

Construídas num só plano, as barracas são raras vezes habitações de carácter definitivo: feitas pelos próprios donos nas horas livres, vão sendo arranjadas, acrescentadas (com uma ou outra divisão), consoante as necessidades de alojamento impostas pela etapa do ciclo familiar. Por isso o seu traçado é, em geral, muito irregular e anárquico. Poderia mesmo escrever-se a história de uma família a partir da observação das sucessivas plantas da barraca. Os materiais de construção variam, desde as ripas de madeira tosca cobertas de folhas de alumínio ao tijolo e cimento — materiais esses familiares à maioria dos homens, trabalhadores da construção civil. Por fora são ora caiadas (as suas donas alentejanas todos os anos repetem as «caianças»), ora cobertas de cores muito garridas: azul-bebé, azul-celeste, azul-escuro ou verde-álface são tons bem comuns; por vezes, é o cimento que fica por fora, à espera de ser pintado. Para os telhados, muito baixos, são escolhidos o cimento e o tijolo, as traves de madeira com telhas, as folhas de zinco e os canaletes de fibrocimento.

A barraca nunca está isolada: de porta geralmente entreaberta, situada à beira do carreiro, com facilidade se obtém um panorama dos movimentos dos vizinhos. Em compensação, revela-se pouco ao exterior: as janelas ou aberturas são raras e de reduzidas dimensões.

É por vezes rodeada de uma cerca com portão, que se abre para um pátio com tanque, estendal, um jardim ou uma horta, capoeiras ou currais, potes com flores. Nesse portão ou na porta principal da barraca encontram-se pequenos pormenores que a personalizam: um número, ferraduras a augurar sorte, uma vassoura, autocolantes, cartazes de partidos ou candidatos políticos. Deparam-se-nos, aliás, «grandes propriedades» onde se escondem jardim, horta, um pequeno pomar, garagem para carros, motorizadas, carros de venda ou alfaias agrícolas — como uma das «mansões» de Alto Barroinhos, alegremente anunciada por vários cataventos em forma de aviões, onde na cerca se pode ler, pintado de fresco, o nome dos proprietários: FLORENTINO VIEGAS E MARIA JOSÉ, VIVENDA N.º 4.

O interior, escuro e pouco arejado, com um pé direito extremamente baixo, apresenta em geral dois grandes tipos de divisórias: uma principal com cozinha, geralmente apetrechada com fogão e frigorífico, que serve de sala de jantar e de estar — onde não raro se encontra uma televisão, um aparelho de rádio, uma máquina de costura; os quartos, apertados, pegados uns aos outros. É a primeira que serve de local de encontro e de convívio dos familiares ou vizinhos, é nela que se cozinha, se tomam as refeições, se vê a telenovela, se cose. Densamente ocupadas, as divisões são separadas por cortinas de chita ou fitas de plástico; os corredores são inexistentes. Por absoluta falta de espaço, as crianças são normalmente impelidas para a rua, onde, aí sim, podem brincar juntas sem entraves. Barulhos e cheiros interpenetram-se. Para pais e filhos, apinhados em divisões estreitas, a privacidade é impen-sável.

Curioso é o facto de a densidade de ocupação humana da barraca condizer com o atulhamento em móveis e objectos que a decoram e se espalham

por paredes, armários, estantes e mesas. O ambiente pesado, pouco arejado e sufocante é ainda acentuado pelas cores quentes e carregadas com que são pintadas as paredes interiores: azul-petróleo, verde-azeitona, *grenat*, azul-escuro — por vezes substituídas por papel de parede. O chão pode ser constituído de ladrilhos ou azulejos («por causa dos ratos — pode ser frio, mas assim não entram»), de cimento, de madeira ou simplesmente de terra batida. É geralmente coberto com tapetes, alcatifas, cobertores, passadeiras, de pano ou de plástico, ou oleado florido.

Os objectos e os elementos decorativos revelam a passagem do meio rural à actualidade da cidade e à história recente do País. Podia facilmente elaborar-se um roteiro dos valores que pertencem ao universo dos seus habitantes a partir dessa variedade de objectos: lado a lado encontramos uma arca com roupa de enxoval, bilhas de barro para conservar fresca a água, tachos negros para o arroz de forno, uma televisão, autocolantes ou jornais de partidos políticos.

Parece haver, aliás, uma preocupação em não deixar espaços vazios. Em convivência amena, decoram a casa: motivos religiosos, tais como imagens de santos, postais ou gravuras religiosas — a ascensão da Virgem, Paulo VI e os pastorinhos de Fátima, Cristo na Cruz, a *Última Ceia*; fotografias de parentes emolduradas: o marido, o casal, o filho na tropa, a filha noiva, o neto bebé, uma antiga patroa; embalagens ou frascos de remédios (por vezes vazios); calendários comerciais desactualizados de crianças louras, animais de peluche ou simplesmente pornográficos (pendurados, não raro, perto de uma imagem de santo); *posters* do 25 de Abril; galhardetes, pratos, emblemas de clubes desportivos, associações de bombeiros; louça de cerâmica regional: os galos de Barcelos, lembranças de locais visitados, com inscrições populares usadas na linguagem corrente: «A inveja só aos outros mata», «Sem ti não sei viver», «Amor de pais», «Aqui é tudo gente de paz», «O amor não se quer grande,/ não se quer igual a um ninho,/ ele quer-se bem pequeno,/ para ficar bem aconchegadinho», «Cá em casa, quem não é do Benfica — rua». Há ainda um sem-número de bibelôs vários, dispostos como simples motivo decorativo: garrafas vazias de aperitivos, miniaturas da Torre Eiffel, estatuetas de cerâmica e animais de louça, despertadores avariados, cinzeiros, rendas de croché feitas pela dona da casa, jarras de flores secas ou de plástico coloridas, naturezas-mortas. Na sala comum são imprescindíveis os quadros, gravuras ou tapeçarias de cores berrantes ou carregadas, alusivas ao exótico: o deserto com os seus camelos e palmeiras, árabes nómadas virados para Meca, a reclusa do harém raptada dum palácio sob o luar. Muito frequente, também, a *Última Ceia de Cristo entre os Apóstolos*. Bem significativo desta exuberância e miscelânea decorativa é o «tríptico» existente em casa de Francisca, alentejana, moradora de Barroinhos; na parede da sala comum sucedem-se, muito próximas, três imagens: um autocolante da APU, um Cristo crucificado com a coroa de espinhos e a água do Benfica com Pietra no relvado — todas elas confortavelmente alojadas por baixo de um par de soquinhos, «Recordação de Aveiro»...

Neste espaço habitacional, sobreocupado de pessoas e coisas, apertadas em duas ou três divisões exíguas, o isolamento é impossível — quer para o casal, quer para as crianças ou jovens. As famílias, por outro lado, levam dificilmente uma vida privada: a proximidade entre as várias barracas, o vão-vém constante de vizinhas entre as casas e os lugares públicos (a fonte, o tanque, o estendal, a lixeira, o lugar) e a importância da rua como local de lazer para crianças e mulheres contribuem para uma revelação permanente da vida

do grupo familiar ao exterior. Utilizando a dicotomia de Shorter¹² entre «família tradicional» e «família moderna», com base na sua maior ou menor abertura «física» à comunidade, estamos sem dúvida em presença de famílias tradicionais características das sociedades de interconhecimento do mundo rural. Mundo rural em que, afinal, nasceram e viveram, como filhas solteiras, grande parte das suas moradoras.

Importa agora viajar no tempo e no espaço, tentando conhecer as características dos grupos domésticos em que estas mulheres foram socializadas. Reportemo-nos assim aos anos 20-30 do nosso século e tentemos reconstituir, nos vários espaços regionais e nos diversos grupos sociais a composição, funcionamento e organização das suas famílias de orientação.

AS FAMÍLIAS DE ORIENTAÇÃO, AS FILHAS SOLTEIRAS

A minha vida, só Deus é que sabe e eu. [Emília, São Marçal]

Passou-se muito, por isso é que nunca hei-de esquecer esse tempo, nem nunca me posso esquecer. [Delfina, Salregos]

A gente cá semos filhos da pouca sorte. [Cristina, São Marçal]

É na sua família de origem que a rapariga solteira, participando numa rede de trabalho, adquire saberes e se inicia em técnicas que transportará, um dia mais tarde, para a sua família de procriação. É no espaço doméstico, entre pais e irmãos, que inicia, assim, a sua trajectória de trabalho. Essas famílias de orientação possuem, entre o nosso universo, características comuns: a origem predominantemente rural, a pertença às classes trabalhadoras, uma vida material dramaticamente precária e instável, agravada pelos níveis altos de fecundidade dos casais; a rede familiar constitui, por fim, uma especializada rede de trabalho.

Na Portela-Outurela encontrámos indivíduos oriundos um pouco de todo o país rural, embora estejam fortemente representadas as regiões do interior transmontano e Alentejo (ver quadro n.º 3). A par destas, há numerosas

As entrevistadas, por região de origem (percentagem)

[QUADRO N.º 3]

Vila Real de Trás-os-Montes	23,0
Beja/Évora/Portalegre	23,0
Lisboa-rural	18,0
Guarda-Viscu	10,0
Leiria-Aveiro	8,0
Braga/Viana do Castelo	8,0
Porto	5,0
Lisboa-cidade	5,0

famílias provenientes de antigas pequenas comunidades rurais da orla da cidade (p. ex., Sintra e até mesmo Carnaxide) que se viram desagregadas e

¹² Cf. E. Shorter, «Différences de classe et sentiment depuis 1750 — l'exemple de la France», in *Annales*, 29.º ano, Julho-Agosto de 1974, p. 1046.

desalojadas com o crescimento urbano e a expansão industrial. Outras há já de raiz urbana e operária: aquelas que residiam em bairros populares ou pátios operários da cidade (Campolide, Penha de França, Alcântara, Belém, Ajuda) — as «filhas de Lisboa», cujos pais já se ligavam a actividades do sector secundário ou terciário.

Duma forma geral, podemos afirmar que as famílias de orientação faziam parte, no campo ou na cidade, das classes trabalhadoras. Os pais da entrevistada executavam formas de trabalho manual, por conta própria ou por conta de outrem (ver quadros n.ºs 4 e 5). Eram também da mesma ou de freguesias muito próximas: a homogamia socioprofissional era reforçada pela homogamia geográfica ¹³.

Ocupação dos pais das entrevistadas (percentagem)

[QUADRO N.º 4]

Camponês (46,5)	Pequeno proprietário	13,9
	Assalariado (desempenhando também outros serviços: serrador, cortador, ganadeiro, moleiro, pastor, carroceiro, matador de gado)	32,6
Rendeiro		4,6
Operário da construção civil		9,3
Operário de fábrica/caminhos-de-ferro		9,3
Empregado (calceteiro, jardineiro da câmara, empregado da alfândega)		9,3
Feirante		4,6
Patrão da mãe («morgado», «filho de um doutor e sobrinho de três padres»...)		4,6
Outros/não sabe		11,6

Ocupação das mães das entrevistadas (percentagem)

[QUADRO N.º 5]

Camponesa (48,8)	Pequena proprietária	16,3
	Assalariada	32,5
Rendeira		4,6
Operária de fábrica		2,3
Criada de servir, mulher a dias/limpeza, lavadeira		11,6
Empregada (de padaria, da câmara)		4,6
Feirante, peixeira, taberneira		11,6
Doméstica		2,3
Costureira à peça		2,3
Outros/não sabe		11,6

Entre os camponeses encontramos pequenos proprietários à frente de uma exploração familiar. São aqueles que no Minho, Trás-os-Montes, Leiria, Alentejo e Sintra «tinham uns bocadinhos de terreno», aos quais se junta, não raro, a criação de gado. São frequentemente forçados a trabalhar também por conta de outrem, para «terras de fora», ou até obrigados a encontrar emprego para sobreviver num contexto de apertados orçamentos e precário nível de vida.

Mais frequente é, porém, a situação de assalariado rural permanente, quer para o pai, quer para a mãe, no Alentejo, Trás-os-Montes ou Beira Alta.

¹³ É curioso notar-se que essa homogamia entre «alfacinhas» por vezes se esbate: a cidade possibilitou o encontro de indivíduos de regiões diferentes, embora partilhassem um local de residência ou de trabalho.

São os «trabalhadores da enxada» não proprietários, que se vêem obrigados a «dar-se aos patrões»: «Há 60 anos atrasados, só lá havia um ricoço [...] o resto, tudo tinha que trabalhar para ele» — elucida-nos Pureza da Conceição, que em criança, na Guarda, com pais e irmãos, se deslocava de terra em terra no tempo das ceifas do centeio e da cevada. «Fazer empreitadas» nas ceifas de trigo, trabalhar de monte em monte para os lavradores, é necessidade idêntica para os trabalhadores alentejanos. Quando escasseiam os trabalhos no campo, os homens, mas também as mulheres, procuram ocupações noutros serviços: tornam-se feirantes, pastores, carvoeiros, mineiros, matadores de gado «a pedido de fregueses», moleiros, carregadores («ele tinha uma parelha, dava fretes, ia carregar coisas»), pescadores (nas zonas do litoral atlântico).

Quanto às famílias da cidade, encontramos algumas ligadas a formas de actividades artesanais, possuidoras de «ofícios» que, com a fábrica e o trabalho mecanizado, vão progressivamente desaparecendo (sapateiros, alfaiates, estofadores); uma franja escassa vive dos pequenos serviços ou do comércio do bairro (lavadeiras — «ia buscar roupa aqui e acolá para lavar no rio» —, feirantes, peixeiras, vendedoras «à cabeça», empregados de armazém, taberneiros, jardineiros ou calceteiros da câmara); finalmente, uma série de famílias provenientes de meios operários, trabalhando a troco de salários no sector secundário: são os ajudantes de caldeireiros, os pedreiros, os carpinteiros, betoneiros e serventes da construção civil, os trabalhadores dos caminhos-de-ferro («o meu pai era destes de virar os trilhos dos comboios»). Entre as mulheres encontramos ainda vestígios do «trabalho a domicílio» na confecção de peças de roupa. Cristina e sua mãe, Maria da Conceição, moradoras antigas de São Marçal, ganharam durante vinte e cinco anos a vida a «costurar à peça», em casa, para armazéns da capital (Ramiro Leão e J. D. Ferreira); era-lhes entregue o material e, a troco dum preço por peça, entregavam colarinhos e punhos de camisa confeccionados à mão ou à máquina.

Em todas estas famílias, o trabalho de pai, mãe e filhos é necessário à subsistência de todos — subsistência essa que, no geral, não ultrapassa um nível mínimo de sobrevivência. A fêria ganha é gasta numa precária satisfação das necessidades primárias: comer, alojar-se e vestir — «ganhar de dia para comer à noite». A precariedade das condições de vida material junta-se a sua instabilidade. Vive-se em permanente estado de emergência. As grandes crises de desemprego e a arbitrariedade dos patrões, os magros salários, as contingências e a imprevisibilidade dos anos agrícolas colocam estas famílias numa situação de constante escassez e endividamento. Maria Gertrudes, alentejana de Portel, filha de trabalhadores rurais, destaca esse dramático ciclo de trabalho-consumo-dívida em que se «arrasta» a vida de quem trabalha para «senhores graúdos»:

A gente fazia uma ceifa, era para pagarmos o que comíamos no tempo em que não trabalhávamos... fazíamos aquelas dívidas nas lojas e depois, quando se ia ganhar alguma coisa, era para se ir pagar àquelas pessoas: andávamos sempre naquilo, nunca passávamos daquele arrastamento [...] A gente andava sempre arrastada e nunca tínhamos nada.

Mesmo entre camponeses proprietários, o passado «áspero» é descrito em termos de «miséria», «sacrifício» e «fome»: «naquele tempo, era tirar a pele à gente» ou «não tínhamos nada nosso, senão o dia e a noite».

No campo, entre proprietários ou assalariados, ou na cidade, a unidade doméstica é predominantemente composta por pais e filhos solteiros. Temporariamente, pode juntar-se a este núcleo um(a) filho(a) acabado(a) de casar, antes de conseguir alojamento próprio. Por outro lado, é frequente a permanência de um(a) avô(ó) viúvo(a). De qualquer modo, sob o mesmo tecto residem exclusivamente parentes — pai, mãe, irmãos, avós ou cunhados da entrevistada. Tratava-se, no entanto, de famílias de «muitos irmãos».

A par de índices elevadíssimos de fecundidade, depara-se-nos uma forte incidência de mortalidade infantil, menos significativa, porém, em Lisboa e arredores. Grande parte das entrevistadas perderam irmãos (em geral, com doenças infecto-contagiosas) em idades muito baixas. O sistemático recurso ao aborto é uma experiência comum às suas mães. Só em duas famílias, e da área de Lisboa, havia 2 filhos¹⁴; de resto, a conta vulgar ronda os 7 filhos e surgiram-nos 7 famílias com 10 ou mais filhos (do Minho, Trás-os-Montes, Lisboa e Leiria) — «era tudo às escadinhas», mesmo se «morreram vários bebés e criancinhas... dantes morria muita criancinha».

No estudo actual da divisão das tarefas na família, a sociologia tem sistematicamente privilegiado uma unidade de análise: o casal, a acção de dois actores — homem e mulher. Sob a avalanche de estudos realizados em meio urbano e burguês, a criança parece ser remetida a uma mera função afectiva para o casal, como se, subitamente, a relação entre pais e filhos se soltasse de malhas económicas, as quais, em compensação, são com insistência sobrevalorizadas no estudo dos modelos familiares do passado.

A organização material da vida familiar nas classes trabalhadoras solicita e requisita a participação das suas crianças. Os papéis que os filhos desempenham, dentro e fora de casa, constituem um elemento decisivo no funcionamento do grupo. Essa contribuição em trabalho é tanto mais necessária quanto é baixo e precário o nível de subsistência da família e mais fundamental a sua característica de lugar de sobrevivência económica. Pela sua potencial participação no mercado de trabalho ou nas actividades produtivas familiares, a criança é mais um salário ou braço disponível a juntar aos outros. Pela sua colaboração nas actividades domésticas, ela constitui também uma fonte regular de apoio da dona de casa. «Ajuda» é a palavra utilizada para as designar: trata-se, na verdade, de um elemento precioso a juntar a um orçamento familiar, a uma rede de trabalho.

Por outro lado, a divisão de tarefas que se estabelece dentro destas famílias não é um sistema fechado em regras estáticas, estabelecidas de uma vez por todas: alguns dos seus detalhes vão-se adaptando com uma certa maleabilidade às sucessivas fases do ciclo familiar. Este introduz um relativo dinamismo na atribuição e organização dos papéis desempenhados pelos vários indivíduos, sobretudo entre pais e filhos.

Estas mulheres cresceram em famílias onde papéis e espaços se distribuem atendendo a dois critérios: o sexo e a idade. São profundamente significativos os comentários referidos a esse respeito: «A minha mãe fazia o lemezinho da casa» e «conforme era a idade, assim era o serviço». Conta, assim, o facto de se ter nascido rapaz ou rapariga, como também a posição do nascimento da criança no ciclo familiar. A atribuição das tarefas por sexos é cruzada pela diferenciação por idades. A primeira aproxima as raparigas da

¹⁴ Uma delas porque o pai «participou na guerra de 1914-18 e lá tomou conhecimento da existência de «maneiras de evitar»...

mãe e da rede de mulheres vizinhas e parentes, os rapazes do pai; a outra marca a distância entre «mais velhos» e «mais novos». Entre essas categorias há não só diferença, como desigualdade: os seus destinos podem seguir rumos diferentes, pois é desigual a legitimidade de que dispõem os diversos filhos para se libertarem da estratégia familiar, conforme pertenciam a um ou a outro grupo. Por uma maior possibilidade de virem a seguir as suas próprias trajetórias familiares e profissionais, distinguem-se rapazes e filhos mais novos: os primeiros, por serem homens, podem mais facilmente reclamar em adultos a sua independência e progressivamente desligar-se do núcleo familiar; aos outros, nascidos geralmente numa fase economicamente mais favorável do ciclo familiar, é-lhes atrasada ou suavizada a entrada na rede de trabalho, constituída por pais e irmãos mais velhos — quando não possibilitada a sua entrada na escola.

O nascimento de uma criança traduz-se, nestas famílias, por um conjunto de custos económicos evidentes. É preciso, no mínimo, alimentá-la e vesti-la. No entanto, como dissemos, representa um potencial trabalhador a utilizar pelo grupo como mão-de-obra em actividades de produção ou como fonte de um salário suplementar. A entrada maciça de crianças e jovens numa rede de trabalho é também uma resposta e solução à dimensão crítica da família. Procura-se, rendabilizando a mão-de-obra disponível, assegurar um difícil equilíbrio entre despesas e ganhos. São em geral afastadas, sobretudo as raparigas, de uma carreira escolar; poucas frequentam a escola com regularidade e raríssimas são as que obtêm um diploma da 3.^a ou 4.^a classe. Poderíamos transpor para esta situação o comentário de Philippe Ariès sobre o lugar anónimo da criança nas «velhas sociedades tradicionais»:

A criança, mal se encontrasse fisicamente apta, era desde logo misturada com os adultos, partilhando os seus trabalhos ou jogos ¹⁵.

Trabalhar é, para a criança, um dever, uma constante que se repete: «o trabalho é que me criou», «muito trabalho, poucos ganhos, a gente sofria muito», «gosto de trabalhar, foi o meu desporto toda a vida foi trabalhar [...] as minhas irmãs é a mesma coisa: todas começaram a trabalhar de pequeninas». Se aos rapazes se exige um trabalho fundamentalmente no exterior da casa, para as raparigas (e à semelhança da mãe) se destinam, além daquele, as tarefas domésticas. No entanto, como vimos, não é o sexo o único critério sobre que assenta a divisão das tarefas entre irmãos: igualmente importante é a idade, isto é, a posição que ocupa o nascimento da criança num ciclo familiar. Ser dos «mais velhos» ou dos «mais novos» é por vezes determinante nos percursos individuais.

Rapazes e raparigas são mão-de-obra imprescindível na lavoura, quer entre camponeses proprietários, quer entre trabalhadores rurais por conta de outrem: «O meu pai tinha a gente que o ajudava, não metia outro pessoal.» Assim, desde cedo, a criança é requisitada para tarefas variadas: «arrancar uma cesta de batatas», «ceifar um bocado de milho», «desfolhar o milho», «plantar árvores», «ir à erva». Teresa, alentejana de Portel, filha de trabalhadores assalariados, informa-nos da obrigatoriedade e dureza dessa participação:

¹⁵ Ph. Ariès, *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*, Paris, Éditions du Seuil, 1973, p. 6.

Eu ia sempre, não era às vezes, tinha de ir sempre... ia à chuva, ia ao vento, ia ao sol, tinha que se ir, fosse como se fosse. Andava no mato, à azeitona, aos tremoços, fazia as coisas da casa, fazia tudo e não me custava nada.

Uma transmontana filha de camponeses pequenos proprietários, antes de ir servir para uma casa de religiosas de Coimbra, é «posta» a trabalhar, com a mãe, numa plantação de pinheiros:

Eu lembra-me com 13 anos fui trabalhar para a floresta, plantar pinheiros, mal podia eu com a enxada... eu e a minha mãe... também levávamos um bocadinho de pão, lá o comíamos à hora do almoço.

Delfina prossegue, descrevendo a arbitrariedade dos seus horários de trabalho, por princípio do sol-nado ao sol-posto:

Agora já trabalham 8 horas [...] primeiro era de sol a sol... desde que nascia... quando nascesse o Sol, já uma pessoa já tinha que estar ali pronta para começar a trabalhar... E já não havia Sol quando a gente largava. E depois, a gente não tínhamos dinheiro para comprar um relógio! Quando estava assim névoa, que não se via o Sol, quantos patrões nos enrolavam!... Às vezes a gente saía dali já escuro.

A mão-de-obra infantil e juvenil é sujeita a uma progressiva especialização e aprendizagem, sendo os trabalhos escalonados por idades e tamanhos. Os irmãos mais novos começam, em geral, por desempenhar pequenos serviços: colher mato, apanhar pinhas e lenha para o forno (de pão) ou para a braseira, guardar um pequeno rebanho de porcos. A mesma alentejana, Teresa, elucida-nos sobre essa participação conjunta, mas diferenciada, dos seus 8 irmãos:

Tínhamos que trabalhar, abalar às 3 e 4 da manhã para o campo... todos, todos... e a gente tinha a nossa farturinha assim, mas era do nosso próprio trabalho [...] o mais novo costumava guardar o rebanhinho de porcos para se fazer a matança. Se a besta morria, enterrava-se a carne e curtia-se a pele para fazer o calçado [...] Era assim, conforme a idade, assim era o serviço.

Muitos catraios «andam aos recados» «a senhoras ricas» a troco de uma moeda, de uma peça de roupa ou de um pão — é «andar às buchas», ou até «roubar para uma buchinha». Em Lisboa é frequente os garotos mendigarem, «ir à esmola», «pedir» sistematicamente, até atingirem idade para trabalhar — engrossando um verdadeiro exército de crianças vagabundas que povoam as ruas da capital. Maria Cecília nasce em 1922, numa família de operários de Campolide (na vila da Penha de França); enquanto os pais vão para o trabalho, ela, de 6 anos, e o irmão, de 4, percorrem (com um verdadeiro espírito profissional!) lugares-chave:

Nós andámos a mendigar... e íamos até ao quartel à comida... para nos darem comida [...] outras vezes era prò pé da Praça da Ajuda.

Para os mais velhos canalizam-se tarefas que requisitam maior responsabilidade ou o domínio de conhecimentos mais especializados. São os traba-

lhos sazonais (vindima, monda, ceifa), a cultura diária da horta, o emprego numa fábrica ou numa «senhora». Tendo nascido numa etapa particularmente difícil da vida do casal (a do início, e, designadamente, no arranque de uma carreira de fecundidade), são sem dúvida aqueles que sentem um maior peso das pressões do grupo: é-lhes frequentemente vedada uma carreira escolar para serem postos a ganhar. Emília, a mais nova de quatro irmãos numa família camponesa de Besteiros (Braga), enaltece essa «dedicação» do mais velho pelos mais novos: «o meu irmão mais velho já andava na resina... já a ganhar uma buchita para a gente larpár», acrescentando maliciosamente: «Eu também ajudava... lá pegava numa sacholinha... mas gostava mais de me encostar às sombras!» Por outro lado, em casa, os mais velhos já cuidam dos mais novos, organizam e repartem trabalhos domésticos entre si. São eles também, e sobretudo as raparigas, quem virá a fornecer amparo aos pais na velhice ou a substituí-los em caso de morte, vendo-se por vezes obrigados a subordinar a esse objectivo uma possível carreira conjugal — «a minha mais velha, coitadinha, é que ficou mais desemparadinha, nunca casou, ficou sempre com os pais... a emparar os pais». Natividade, transmontana de uma família de camponeses e criadores de gado, abdica de uma carreira religiosa como freira («tive ideias, tinha noites que nem dormia, só de pensar em ir para os conventos») por os seus sete irmãos terem ficado sem pais e o irmão mais velho ter emigrado para o Brasil; este desencoraja-a antes de partir:

Tu não vás, mana, e mais que agora não temos mãe e tu tens que ficar entregue aos irmãos mais novos [...] Fazes muita falta em casa.

Esse sentido da entrega é, como vemos, dispensável num rapaz: embora fosse o primogénito, não abandonou a sua decisão de partir, nem a irmã lho reclamou.

Aos mais novos, pelo contrário, e porque nascem noutra fase mais desafogada do ciclo familiar, correspondem em geral melhores condições de vida — podendo alguns, até, já ir à escola. Em famílias numerosas há de facto desigualdades entre irmãos. A tal ponto que Inácia, de Reguengos de Monsaraz, uma das mais velhas, insiste:

Depois é que vieram os meus irmãos mais tarde, e a gente contamos como a gente passava e eles não se acreditam! [...] Nós [as mais velhas] de pão e sopa nunca tivemos fome.

Às desiguais oportunidades entre mais velhos e mais novos junta-se uma clivagem com base no sexo: a exclusividade do trabalho doméstico para as raparigas. Desde cedo iniciadas na sua realização, esse sobretrabalho (uma vez que simultaneamente mantêm tarefas assalariadas fora de casa) obriga a um duro prolongamento do dia ou da semana de trabalho. Enquanto «os rapazes ao sábado e ao domingo tinham os dias livres, iam lá para a vida deles [...] a gente [raparigas] ia lavar, passávamos a ferro, outras vezes ajudávamos a dar pontos [...] aos domingos e aos sábados, uma ia lavar, outra ficava a fazer o servicinho da casa e limpeza».

Em famílias de muitos filhos, e em tempo de crise, pode enviar-se uma filha para um parente próximo ou uma madrinha solidária. A criança recebe então alojamento e alimentação a troco da prestação de pequenos serviços. Ernestina, filha de camponeses assalariados de Pedras Salgadas, com dez

irmãos, é «posta numa madrinha» desde que se «desapertou do peito» e até aos 13 anos. Faz de «ama de meninos» (os filhos da madrinha) e, sempre que a oferta de trabalho no campo é boa, regressa a casa dos pais e à lavoura. O mesmo sucede com Palmira, «filha da roda de Figueiró dos Vinhos» (de facto, filha de uma criada de servir e do seu patrão), que é depositada numa madrinha até aos 6 anos — executa então pequenas tarefas caseiras e trata do rebanho de porcos da quinta.

À estrita separação entre papéis femininos e masculinos contrapõe-se a densa rede de solidariedade que reúne mulheres, parentes e vizinhas: nela se trocam serviços, ajudas ou tarefas — «as raparigas, cada uma fazia a sua coisa... A minha mãe ia tratar do jantar, a gente íamos lavar a louça, se não se tinha deixado lavada de manhã... e enquanto não se arrumava a casa não se ia deitar». Não raro, as raparigas participam, com a mãe, em formas de trabalho produtivo: amassar pão, tratar da criação, de uma horta, remendar ou confeccionar roupa para pais e irmãos. Importância notável tem para muitas a confecção do enxoval; as alentejanas orgulham-se da habilidade de mãos de uma «futura esposa», habilidade essa que se traduz também numa certa poupança. Teresa conta-nos como se entusiasmava com esses trabalhos à hora das refeições ou aos serões e como eles evitavam compras desnecessárias:

Mesmo a gente é que fazíamos tudo. Não se dava nada a fazer, não havia costureira. A gente fosse umas meias, fosse uma saia, um avental, uma blusa, tudo. E depois era assim, a ver qual é que era a que fazia melhor e qual é que fazia mais depressa [...] Até era uma desonra naqueles sítios pequenos [...] ir comprar um lençol feito ou uma almofada qualquer.

Deixemos, por momentos, de tomar como ponto de referência o grupo familiar, para tentar seguir em particular o percurso das filhas solteiras no mercado de trabalho, mostrando como ele se insere na estratégia dessa unidade. Indicador da relação entre ambos é, para já, a obrigatoriedade que as raparigas têm (à semelhança, aliás, dos seus irmãos e pai) de entregar a fêria ganha e por inteiro à mãe¹⁶. No entanto, as que partiram para mais longe vão conseguindo progressiva e parcialmente escapar a esta obrigação: ficam com parte do salário para si, enviando «um resto» para casa.

Na «terra» vimos que a criança, desde que aprende a andar, acompanha a mãe pelos campos e aos 5-6 anos está apta a participar nos trabalhos da lavoura como pequeno adulto em aprendizagem. As raparigas podem, além disso, executar pequenos serviços: vender legumes ou frutas pelas ruas da vila ou da cidade vizinhas, fazer recados ou favores (lavar escadas, por exemplo) a troco de dinheiro, peças de roupa ou alimentos.

Para superar uma crise material e pôr a render uma mão-de-obra inactiva (na ausência ou escassez do trabalho na lavoura), a rapariga pode ser «posta a servir» em casa conhecida de senhores ricos, da província ou da cidade. A capital exerce, neste domínio, uma extraordinária atracção: para muitas é o momento de deixar a «terra» e virem fixar-se em Lisboa, substituindo a família de orientação pela protecção de uma outra. Realizando trabalhos

¹⁶ É à mãe que se entrega o salário ganho. De facto, o seu papel, no que respeita ao governo financeiro da casa e à gestão da mão-de-obra infantil e juvenil, é essencial. Decide e dispõe das carreiras escolares ou do trabalho dos filhos e filhas — «põe-nos» ou «tira-os» da escola, de um emprego. É ela também que fala e negocia com «patrões», «lavradores» ou «senhoras».

domésticos, fazendo de ama de meninos, a «criada de servir» recebe em troca um salário regular (que envia para casa), alojamento e alimentação numa «casa de respeito».

Maria Gertrudes, alentejana, confessa que sempre teve «uma grande barrigada de trabalhar» desde criança; assim, quando rareia o trabalho no campo, a mãe «põe-na» a servir em «senhores graúdos» dos arredores de Portel:

Já se sabe que aqueles senhores mais graúdos davam às vezes cinco mil réis, dez mil réis. Nesse tempo era bom dinheiro. E a gente dava à dona da casa para ela guardar, para ela comprar algumas coisinhas, coisinhas boas, ou uma toalhinha... ou para a gente vestir... e o ordenado outras vezes guardava para a minha mãe.

A rapariga conserva um estatuto de dependência, mantendo-se «protegida» num ambiente «familiar»: o controlo da mãe é substituído pelo da patroa. Maria da Piedade nasceu há 63 anos em Guia-Oeste (Leiria), filha de pequenos proprietários; o seu percurso acidentado parece-nos exemplar: na terra passa fome, chegando a «ir atrás dos feirantes para comer as cascas dos tremoços»; aos 9 anos, e após a morte do pai, anda «a sachar milho, ajuda esta e aquela», para poder sobreviver com a mãe e os três irmãos. Aos 13 anos é posta a servir no Bombarral, aos 17 toma conta de meninos em Vila Nova de Ficalho. Mas, como «lá não ganhava nada», decide vir para Lisboa: toma a «camioneta da carreira» e é depositada em pleno centro da cidade, junto à esquadra da polícia do Teatro Nacional D. Maria. Desconhecendo os passos a dar, é graças à ajuda do motorista que consegue pernoitar no Governo Civil. Conta-nos como foi:

E opois eu cheguei ali e ensinaram-me a eu ir falar com um guarda, com um polícia... e contei-lhe o assucedido... foi um oficial de serviço ao Governo Civil... e ele foi assim: «Você não chore! Não há novidade nenhuma, que você vai para quartos particulares, não a vão pôr assim à bandonga!»... E foi! No outro dia, o Sr. Capitão Godinho precisava de uma empregada e enquanto arranjava e não arranjava... fiquei eu.

A partir de então, e até casar, serve em várias casas de pequena e média burguesia da capital.

Na cidade, as catraias de famílias trabalhadoras começam por mendigar ou seguir os pais na venda, por feiras e mercados — «onde calhasse íamos pedir para matarmos a fome e trazermos para casa, para os outros que estavam em casa». À semelhança das crianças do meio rural, são poucas aquelas que frequentam a escola. A algumas é-lhes facultada uma curta possibilidade de aprender um ofício, mas cedo largam essa aprendizagem, incomportável para as finanças da família, trocando-a por um trabalho remunerado na fábrica. Odete é uma delas: nasce no Porto, em Vila Nova de Gaia, filha de um empregado de vinhos e de uma taberneira; aos 13 anos, a mãe põe-na a aprender o ofício de costureira, que abandona pouco depois por dificuldades económicas:

Andei primeiro a aprender o ofício de costura... depois, não segui, não é? Não é não seguir, a minha mãe precisava de dinheiro... e eu acabei por ir para uma fábrica.

A mão-de-obra juvenil é deslocada de um sector para outro de modo a obter-se uma rendabilidade máxima¹⁷. Antes de casar com um operário, Teresa, filha de uma vendedora e de um trabalhador da construção civil, pula de emprego para emprego, «fazendo muitas vidas»: começa por pedir com os irmãos à porta de uma fábrica de lanifícios em Algés; alguém a nota e, aos 11 anos, a contrata para «ajudante». Diligente e dinâmica, fica conhecida entre as colegas como «a vassourinha»:

Eu ainda me lembro muito bem a história da minha vida. As minhas colegas todas do Casalinho [da Ajuda]... que andaram comigo fazem-me uma festa: «Tu eras lá a vassourinha... que a gente pedia-te as meias e tu ias a correr, ninguém queria as outras, só a vassourinha... ninguém pedia a mais ninguém... era só a Teresa isto, Teresa aquilo.» Que elas estavam no cose e corta e, quer dizer, eu ia buscar os restos de linhas ou fios que eram precisos para as máquinas.

Serve depois numa casa em Algés, que larga aos 18 anos para se empregar na construção do Parque de Monsanto, onde vem a encontrar o marido. «Servir» é também uma saída frequente para as raparigas solteiras do meio urbano, mas, para quase todas, há uma passagem ocasional por uma fábrica, um armazém ou até pela construção civil, desempenhando funções de serventes, mulheres de limpeza ou cozinheiras.

Apesar da riqueza das experiências individuais de trabalho, condições semelhantes aproximam estas filhas de famílias de classes trabalhadoras do campo e da cidade: a obrigação de trabalhar desde muito cedo, a qual impede a carreira escolar ou a aprendizagem de um ofício; um constante vaivém entre empregos não especializados e subalternos dos sectores primário, secundário ou dos pequenos serviços; a total dependência dessa carreira de trabalho relativamente à estratégia familiar de sobrevivência.

OS NAMOROS, A CONSTITUIÇÃO DO CASAL

Já tínhamos que ser um para o outro. Naturalmente, pois é assim! É o destino! [Emília, São Marçal]

O casamento não é apenas uma relação pontual entre dois indivíduos, mas também um lugar estratégico de trocas¹⁸ entre os grupos a que eles pertencem. Entre estrutura social e comportamentos matrimoniais a ligação é profunda. Numa sociedade em que capitais culturais e materiais se encontram desigualmente distribuídos, as clivagens sociais e as desigualdades entre os sexos não podem deixar de modelar as diferentes formas matrimoniais.

¹⁷ A mobilidade horizontal será também uma das características principais da mão-de-obra feminina adulta.

¹⁸ A propósito da noção de troca e reciprocidade nas estratégias matrimoniais ver, por exemplo, P. Bourdieu, «Marriage Strategies as Strategies of social reproduction», in R. Forster e O. Ranun (eds.), *Family and Society*, Baltimore, John Hopkins University Press, 1976, pp. 117-144; J. Kellerhals et al., *Mariages au Quotidien*, Lausana, ed. Pierre Favre, 1982, e *Micro-sociologie de la famille*, Paris, PUF, 1984; Cl. Levi-Strauss, *Les structures élémentaires de la parenté*, Paris, Mouton, 1981; G. W. McDonald, «Structural exchange and marital interaction», in *Journal of Marriage and the Family*, vol. 43, n.º 4, Novembro de 1981, pp. 825-839, e F. I. Nye, «Choice, exchange and the family», in Burr, Hill, Nye e Reiss, *Contemporary theories about the family*, Nova Iorque, The Free Press, 1979, pp. 1-41.

A escolha afectiva do parceiro conjugal enquadra-se assim num espaço de estratégias e códigos de grupos.

No meio que sondámos pudemos verificar que o casamento é a ocasião de uma troca de serviços e aptidões diferenciadas entre marido e mulher, para além da dimensão afectiva que para ambos poderá possuir. Reconstitui-se, através dele, uma nova unidade de trabalho num contexto em que a sobrevivência material do indivíduo (e sobretudo a de uma mulher) só dificilmente pode ser assegurada fora de uma família.

Estamos longe, com efeito, daquilo a que Engels chamou, no século passado e a propósito da família operária, uma «monogamia no sentido etimológico da palavra», liberta de uma «lógica de interesse». Por oposição ao casamento de conveniência burguês, negociado entre os pais dos noivos para transmissão e conservação da propriedade privada, o casamento operário seria, na sua perspectiva, uma verdadeira unidade afectiva. E. Shorter pronuncia-se também a favor de uma tese semelhante: as classes urbanas desfavorecidas teriam sido as primeiras a recusar as tradicionais considerações materiais e a introduzir o «amor romântico» no casamento.

Estas hipóteses não nos parecem, contudo, aceitáveis. A investigação empírica tem-nas desmentido: a imagem da família como unidade afectiva parece ter historicamente surgido, a partir de meados do século XVII, não em meios desfavorecidos, mas entre camadas cultural e socialmente privilegiadas da burguesia urbana¹⁹. Por outro lado, a hipótese parece-nos estar viciada por uma falsa dicotomia: «casamento de interesse» e «casamento por afinidade» não são termos exclusivos. A relação de troca afectiva enquadra-se num contexto histórico e social, inspira-se em valores culturais. Não só as formas de expressão do sentimento se orientam segundo um código de época ou de classe, como aliás não é exclusivamente o capital-propriedade que dá a uma relação matrimonial a sua característica instrumental de «conveniência». Os cônjuges dispõem igualmente (ou em contrapartida) de outro tipo de recursos, materiais e simbólicos, que mobilizam e reproduzem interesses colectivos e se enquadram numa estratégia familiar²⁰.

As situações empíricas com que nos defrontámos (no que respeita ao namoro, ao casamento e até mesmo à união de facto) reforçam essa ideia: sentimento e conveniência são duas dimensões interligadas. No namoro, essa ligação ficou bem patente, não só nos critérios que se invocam a propósito da «escolha do marido», como na forte tendência para a homogamia socioprofissional entre noivos.

O trabalho das filhas solteiras (dentro e fora de casa) é um complemento imprescindível da sobrevivência do grupo familiar; a sua carreira conjugal (escolha do parceiro, namoro e casamento) funde-se necessariamente com as etapas da vida de trabalho. Longe de se tornarem incompatíveis, os dois percursos seguem a par. Namora-se quando se trabalha e essa relação tem um carácter finalista: namora-se com o objectivo de «casar», ou seja, constituir uma nova unidade afectiva e económica em que marido e mulher consigam sobreviver graças à conjugação de duas capacidades de trabalho.

¹⁹ A este propósito consultar, designadamente: P. Ariès, *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*, Paris, Seuil, 1975; J. L. Flandrin, *Familles — parenté, maison, sexualité*, Paris, Hachette, 1976; L. Stone, *The Family, sex and marriage in England: 1500-1800*, Nova Iorque, Harper Colophon Books, 1976.

²⁰ Basta pensar na profissão, no emprego, no nível de educação, na idade, no rendimento, no prestígio, ou ainda em aptidões pessoais, como a capacidade para o trabalho, a energia física, a força, a saúde, o corpo, a beleza, a fertilidade.

Sintomática é aliás a ligação imediata que as próprias mulheres estabelecem entre namoro e trabalho. De facto, só se «namora a sério» quando se trabalha — «assim que comecei a trabalhar comecei logo a namorar». Quanto aos parceiros, escolhidos, sem dúvida, num jogo de sentimentos («eu gostava dele todo...»), são-lhes indiscutivelmente apreciadas as qualidades de «bons trabalhadores», ou seja, a sua aptidão para desempenhar uma função instrumental na nova família. Explica-nos Maria Delfina, na altura criada de servir em Coimbra, o que a atraiu no seu futuro marido, operário:

Ele era trabalhador... era muito amigo de trabalhar... era bom rapaz, toda a gente gostava dele, ria-se com toda a gente, cantava muito! Sempre gostámos um do outro.

Misturam-se discretamente qualidades de trabalho, qualidades pessoais (a alegria, a simpatia) e de sociabilidade (o prestígio e a boa integração na comunidade).

Será precipitado pensar que nas raparigas, em contrapartida, se apreciem e valorizem exclusivamente qualidades de tipo «expressivo». No seu caso também, às qualidades afectivas juntam-se aptidões que se prendem a um certo uso do corpo em trabalhos que desempenham dentro e fora de casa: a saúde, a energia e o vigor físicos, a capacidade de resistência ao sofrimento e ao cansaço, a sua fertilidade. Atributos que se enquadram perfeitamente numa existência material que depende do «trabalho manual em força e em qualidade»²¹. Invocam-se, de igual modo, aptidões mais especificamente caseiras: o asseio, a poupança, a honestidade.

À semelhança do que se passou na geração dos pais, a escolha do cônjuge é marcada por uma acentuada homogamia. A rapariga casa com um semelhante: em idade, em residência, em profissão.

Para as raparigas do campo, os parceiros são vizinhos ou conterrâneos, companheiros de trabalho também. Conhecem-se «desde sempre», a sua história passada é comum: foram «baptizados na mesma pia», «ele é de uma aldeia, eu sou de outra, mas é só uma hora de caminho», ou ainda «morávamos lá na terra... a gente lá na terra conhecia-se todos uns aos outros». Embora os namorados sejam da «mesma criação», a festa local (feira, baile, procissão ou romaria) tem um papel importante no despoletar de sentimentos entre quem já se conhece.

O facto de pertencerem e viverem numa mesma comunidade possibilita uma vigilância apertada desta e da família de orientação sobre o comportamento do jovem casal — o que não impede, apesar de tudo, a existência frequente de relações sexuais entre namorados, que vêm a postular ou a precipitar um casamento ou a constituição de uma união de facto. Não é apenas na cidade e entre operários, como pensa Shorter, que as noivas das classes populares nem sempre se casam ou juntam virgens. O «engano» ou «fazer pouco» de que dizem ter sido vítimas também não revela, necessariamente, uma vontade de autonomia ou uma moderna fuga aos padrões de comportamento tradicionais²². Ele não é interpretado pelas suas protagonistas (camponezas ou operárias) como uma rebelião feminina e juvenil contra as instituições estabelecidas. Bem pelo contrário, são valores tradicionais que vêm ao de

²¹ M. Segalen, *Mari et femme dans la société paysanne*, Paris, Flammarion, 1980.

²² E os próprios termos utilizados na linguagem de mulheres são disso significativos.

cima. Parece-nos exemplar o depoimento atribulado de Emília, agora com 62 anos, natural de Besteiros, que «ficou enganada de Domingos», antes de partir para a tropa, nos Açores:

Já namorava e já fiquei enganada do meu marido! Passei tão mal... chorei tanto.. chorei tanta lágrima... olhe que a gente às vezes damos passos que não devíamos dar... e o meu marido disse-me assim: «Emília, tu tem juízo [...] tem juízo que olha que eu volto, se Deus nosso Senhor quiser, se me der vida e saúde, é contigo que caso! Eu sei aquilo que fiz e sei o que hei-de dever... hei-de pagar aquilo...»; sabe, a minha vida às vezes é um romance.

Emília não ganhou para o susto: meses depois do regresso do noivo casa na igreja da terra, «já com uma filha na barriga». Mesmo se temporariamente irregular, logo o engano é reparado pela comunidade, através da família, forçando os namorados ao casamento.

Na cidade, a situação não é radicalmente diferente. Assiste-se com uma relativa constância à escolha de parceiros da mesma naturalidade — até porque os migrantes se vão fixando em zonas determinadas pelas regiões de origem. Há, no entanto, uma maior probabilidade para o encontro de indivíduos oriundos de contextos regionais diferentes e para a realização de casamentos mistos. Na cidade torna-se mais vulgar o facto de os noivos não possuírem um passado comum: o seu primeiro encontro pode realizar-se apenas na idade adulta. Nestes casos, porém, a heterogamia regional é compensada com a proximidade da residência ou a partilha de um local de trabalho. A jovem junta-se ou casa-se com um vizinho do bairro, um colega de fábrica.

O namoro é, em qualquer dos casos, uma relação entre indivíduos que trabalham: «As pessoas conheciam-se era no trabalho, não era a passear como agora.» Acontece com Francisca, de Castro Daire, criada de servir em Campolide que se cruza diariamente na rua com Albino, operário da CP: «Ele ia para o trabalho, eu fazia as compras e... já se sabe.»

Parecem-nos ser três, afinal, as regras que presidem à selecção de um parceiro: ela faz-se em situação de trabalho, isto é, quando o jovem desempenha uma tarefa remunerada e evidencia a sua capacidade de ganhar para uma família; a escolha recai sobre um igual — o que partilha uma naturalidade, residência ou trabalho; a escolha afectiva é fundamentalmente legitimada em termos do seu futuro papel de ganha-pão do parceiro numa nova unidade de trabalho.

Estaremos provavelmente em presença do que Louis Roussel designou como modelos matrimoniais «institucionais»²³: num «estado» material de urgência, de precariedade extrema da vida quotidiana, a constituição de uma unidade doméstica assegura as melhores condições de sobrevivência dos indivíduos e a reprodução das gerações. Do ponto de vista económico, é materialmente inviável sobreviver graças ao trabalho de um só — sobretudo para uma mulher.

A maioria dos casais seguem a via da institucionalização da relação, entre os 14 e os 24 anos (ver quadro n.º 6), e o casamento é a solução maiorita-

²³ L. Roussel, «Mariages et divorces. Contribution à une analyse systématique des modèles matrimoniaux», in *Population*, n.º 6, 1980, pp. 1025-1040.

riamente adoptada — o casamento na igreja da terra. Declara-nos peremptoriamente Maria Guilhermina, transmontana, que aos 24 anos casa com um pastor:

O registo é para herdar, mas a igreja é o resto [...] Só quando foi na igreja, que eu cá por registo não gosto...

Mesmo os que trabalham na cidade atribuem importância ao «casar de lá». Nos meios operários de raiz urbana há, no entanto, um menor empenhamento no casamento religioso e na festa correspondente: em contexto de apertados orçamentos é considerado uma despesa desnecessária; recorre-se usualmente ao «registo».

É igualmente em meios urbanos (de Lisboa e Porto) que surgem os casos de uniões de facto definitivas, isto é, de um casal que partilha uma residência, tem filhos (eventualmente) e não recorre a qualquer forma de institucionalização da relação. Esclareça-se, no entanto, que esta situação não assume

As idades da entrada em relação
conjugal das entrevistadas

[QUADRO N.º 6]

Anos	Percentagem
14-19	32,6
20-24	37,2
25-29	13,9
30-40	4,6
Outros	11,6

o carácter «inovador» que lhe atribui Shorter, nem corresponde sequer às «famílias instáveis» que deixavam apreensivo Poinsard²⁴. A relação é de natureza semelhante à da versão clássica do laço conjugal: os cônjuges vivem-na como indissolúvel e invocam o princípio de fidelidade entre companheiros; não se verificam condutas voluntárias de ruptura da relação; mesmo quando ela é extremamente crítica e violenta para a mulher (casos de alcoolismo do homem), e mesmo que esta e os seus filhos trabalhem, só muito raramente se concretiza uma separação.

Por outro lado, a união de facto constitui-se com a convivência da comunidade, e não em ruptura com ela: o jovem casal instala-se geralmente em casa de parentes próximos (pais ou sogros). Eis dois exemplos. A «Menina Adelaide», natural do Porto, junta-se aos 18 anos com um francês que, como ela, trabalha na construção de aterros; aos 27 anos, em casa da madrinha, e já com sete filhas, enviúva; quatro anos mais tarde, em Lisboa, depois de encontrar colocação como criada de servir, volta a juntar-se, desta vez com um cobrador da Vimeca, do qual virá a ter outras cinco raparigas («o rapazinho não quis vir»). Com 48 anos feitos, doze filhas, talvez venha a casar no dia do casamento da mais velha — «como ele tem seguro de vida e tem tudo, pensou que realmente... pensou em casar agora». Maria José,

²⁴ Poinsard, *Portugal Ignorado*, Porto, Magalhães e Moniz, L.^{da}, Editores, 1912, pp. 55 e segs.

pelo contrário, nunca sentiu vontade de casar: nasce há 49 anos em São Pedro de Sintra, numa família de feirantes; aos 17 anos deixa um emprego como criada de servir, em Belém, e junta-se com um operário têxtil que aos domingos trabalha como «homem do carrossel» na feira. A sua situação conjugal é aceite: instala-se em casa do pai, na Senhora da Rocha, onde tem três filhos, e mais tarde muda-se para a do padrinho do marido. Como assinalou M. Frey²⁵ num dos raros estudos sociodemográficos sobre «o concubinato» operário, é precipitado pensar que «casamento e união de facto» são, do ponto de vista das aspirações e valores dos concubinos, duas noções contraditórias. A união de facto nem sempre representa uma conduta de recusa ou contestação do casamento burguês — é apenas a solução mais simples e económica de iniciar, provisoriamente, uma vida a dois, na qual, de resto, se reencontram os valores e princípios tradicionais da conjugalidade. Afinal, ela não é mais do que um pragmático «casamento de facto».

Existem também uniões de facto no campo. É o caso das assalariadas rurais no Alentejo, para quem aquela situação, embora sendo implicitamente aceite pela comunidade, tem carácter provisório. Converte-se em geral em casamento após o nascimento dos primeiros filhos.

Em ruptura com os valores e práticas da comunidade estão afinal os amores entre indivíduos de meio social diferente ou a situação da rapariga «enganada» que não veio a casar. No primeiro caso encontramos as típicas ligações entre criadas de servir e filhos de patrões, por vezes reforçadas pelo nascimento de crianças. Maria Beleda, de Leiria, trabalhava em quinta de senhores «ricos proprietários» quando o filho mais novo da casa «se serviu dela». Da ligação nascem dois filhos, que, para calar vozes indignadas, são expostos na Roda de Figueiró dos Vinhos. Comenta uma das filhas, agora em São Marçal: «Já não tinha de ser feliz [...] Isto é uma roda que vem a andar já da pouca sorte!» Eis outro caso: Pureza da Conceição e Laurinda nascem na Guarda e ficam órfãs de pai e mãe aos 13 e 14 anos: os tios põem-nas a servir e aos 17 anos Pureza engravida dum namorado que discretamente desaparece. Apontada e criticada pela comunidade (o parceiro abandona-a depois de «fazer pouco» dela), vê-se obrigada a deixar a terra:

Porque tive a pouca sorte de ser desflorada, escorraçavam-me; não olhavam para mim como outra menina; agora já não se importa, não é? Mas naquele tempo uma pequena caía na infelicidade, todos, todo o mundo a escorraçava.

Afinal, o bebé vem a morrer com horas de vida — «fui uma solteira sem sorte». Um primo aconselha-a então a ir para Lisboa: «Vai para uma terra onde sejas feliz e onde ninguém faça pouco de ti.» Segue esse conselho: «Cheguei como uma peregrina.» Quanto a Laurinda, a irmã, também o namorado «fez pouco dela»; a diferença está em que ambos são «obrigados» a casar e hoje ela é uma pacata camponesa de Freixedas, mãe de cinco filhos. A marginalização recai exclusivamente sobre mulheres que não conseguem, apesar de um «engano», repor uma normalidade, isto é, formalizar ou constituir uma relação conjugal, fundar uma nova unidade de trabalho.

²⁵ M. Frey, «Du Mariage et du Concubinage dans les classes populaires à Paris (1846-1847)», in *Annales E. S. C.*, vol. 33, n.º 4, Julho-Agosto de 1978, pp. 803-829.

O PROJECTO MIGRATÓRIO, A CIDADE

E cá estou e... agora aqui findirei com certeza... se Deus quiser. [Abelina, Salregos]

Deixar a terra e vir para Lisboa é uma etapa fundamental na vida destas mulheres. Ela deixa de decorrer nos limites seguros e estreitos da aldeia, para se transplantar para um meio totalmente desconhecido. O abandono definitivo da terra é aliás assinalado no seu discurso: a distância é grande entre um «antes» e um «depois». Pouco a pouco, porém, as famílias impelidas e canalizadas para as zonas de construção clandestina vão arranjando e modelando o novo espaço segundo os padrões dominantes da vida do campo. Dentro dos limites apertados do bairro, o quotidiano é vivido ao ritmo camponês.

Solteiras ou casadas, para todas estas mulheres, a vinda para a cidade não é uma iniciativa autónoma, mas antes uma decisão inserida numa estratégia familiar. As prioridades do grupo primam sobre os interesses individuais: trabalhar é o objectivo à partida e trabalhar para uma família, de orientação (no caso de solteiras) ou de procriação (para as casadas). Aliás, a comunidade rural de origem está presente em todo o processo de migração.

A fuga à dureza e precariedade da vida de lavoura na «terra», as crises de desemprego e a procura de um trabalho remunerado regular e estável são o primeiro impulso para o arranque do processo. Maria Gertrudes, alentejana, vem para Lisboa casada e já com filhos; cá trabalha também na lavoura em quintas dos arredores dos bairros, mas a diferença é grande; nas suas próprias palavras, «porque a miséria lá era muita e nesse tempo cá em Lisboa já davam mais trabalho, ao menos não se perdia, tinha sempre trabalho». Encetado o processo, partem primeiro os homens, que, uma vez instalados na cidade, «chamam», «mandam vir» as mulheres (e também outros parentes, outros vizinhos). Reforça-se então a rede de entreaajuda familiar entre as mulheres que ficam e as que partem: as mulheres casadas partem normalmente sem (todos) os filhos, que se lhes juntarão mais tarde; a sua partida só é possível porque outras mulheres cuidam temporariamente das crianças. Na cidade, o alojamento faz-se em zonas de construção clandestina, implantadas na proximidade de locais de trabalho, onde já se fixaram, aliás, parentes e vizinhos — com quem se reparte, por vezes, uma barraca. Reconstroem-se casas e lugares do campo, revêem-se caras conhecidas. As comunidades de rurais recém-chegados mantêm escassas relações de sociabilidade para além dos limites do bairro. Apertam-se, pelo contrário, os laços internos de solidariedade que aproximam as mulheres vizinhas, conterrâneas e consanguíneas. A migração tem, claramente, as características de um projecto familiar. Mesmo as raparigas solteiras que se fixam em Lisboa, a servir em casa de parentes, enviam com regularidade parte do seu salário para a terra.

Trabalhar é, para estas mulheres, o objectivo primeiro na deslocação para Lisboa; interessa-nos agora saber quais os sectores em que surgem oportunidades de emprego.

O leque de escolhas é inevitavelmente apertado: a percentagem de analfabetas é extremamente elevada neste contingente de mão-de-obra não especializada; por outro lado, e porque, para a mulher, as formas de trabalho dentro e fora de casa estão profundamente associadas, as possibilidades de emprego estão condicionadas à etapa vivida do ciclo familiar. A mulher casada,

e sobretudo a mulher jovem que emigra e que tem filhos em «idade de criação», defronta-se com a incompatibilidade dos papéis de trabalhadora e de mãe — tanto mais que as infra-estruturas de apoio à maternidade são, no momento da sua instalação em Lisboa, extremamente deficitárias.

Muitas mulheres vêm trabalhar no campo, em quintas dos arredores de Belém, Carnaxide ou Outurela — sector que se vai fechando com o crescimento urbano, que afecta progressivamente a zona. Maria de Jesus, de Vila Pouca de Aguiar, explica-nos que foi por «não saber ler» nem possuir «ofício» que continuou ligada à lavoura; mas, em contrapartida, na cidade o trabalho não falta, como lho repetia Mário, seu primo:

O mulher, tu vai para lá, trabalhas em quintas... lá não faltam quintas para tu trabalhares [...] mas, se eu soubesse ler, empregava-me numa fábrica, sempre é debaixo de telha.

Em 1911, Palmira, de Leiria, vem fazer «os 10 anos de idade à serra de Carnaxide... ao pé duns moinhos que estão lá em cima no alto...»; desde então vem periodicamente com grupos de raparigas da terra trabalhar em tarefas sazonais nos arredores de Belém, Moscavide, Benavente e até na margem sul do Tejo (Salvaterra) — nas mondas, nas vindimas, na azeitona, no tabaco:

Andámos cá quase seis meses, ao fim de seis meses, quando se botava o trigo, quando se debulhava o trigo e o milho... então é que a gente se ia embora para a terra.

A construção civil e a fábrica são também sectores que podem requisitar mão-de-obra feminina. Na primeira trabalham como serventes, cozinheiras ou mulheres de limpeza de fábricas ou prédios em construção ou prontos a ser habitados. Outras encontram emprego nas fábricas da zona (de massas alimentícias, bolachas, cerveja, conservas de peixe, lanifícios, cabos eléctricos, borracha) ou como mulheres a dias nas casas da pequena e média burguesia local. A venda ambulante (de vegetais, fruta, roupa ou artigos domésticos de madeira ou plástico) atrai outras, tanto mais que se trata de uma actividade que lhes permite a companhia dos filhos pequenos.

As raparigas solteiras canalizam-se para o sector dos serviços: tornam-se criadas de servir ou amas de meninos. A via da prostituição não está excluída, sobretudo para alguma que tenha vindo para Lisboa sem o apoio da família e se veja de facto «só» na cidade. Sem encontrar emprego, pode então ver-se compelida, como Gracinda, a «tirar buchas dos caixotes de lixo» e a andar de «quarto em quarto» até encontrar emprego fixo.

Nota-se uma certa continuidade entre o trabalho feminino remunerado no campo e na cidade. Para já, é uma necessidade quase permanente para a mulher, qualquer que seja o seu estatuto familiar: filha, esposa ou mãe. No entanto, ele está profundamente condicionado às outras formas de trabalho que desempenham, designadamente as mães: criar filhos pode implicar um abandono provisório dessa actividade fora de casa, exercida então de forma mais irregular na etapa particularmente crítica do ciclo familiar em que as crianças não são ainda economicamente activas. Outras vezes, a mãe consegue manter uma actividade remunerada, mas adapta o seu emprego às exigências familiares: abandona a fábrica e «prefere» «andar a dias», na venda ou no campo. Pular de patrão em patrão é extremamente frequente: dentro

dos sectores secundário e terciário, e entre níveis subalternos, as mulheres trocam inúmeras vezes de local e de tipo de trabalho. A mobilidade horizontal a que é sujeita a mão-de-obra feminina não especializada está patente no percurso de Palmira, já aqui referida — «já fiz essas vidas todas», exclama em tom experiente. Aos 5 anos é criada de servir e guardadora de porcos em casas de província; a partir dos 10 já trabalha à tarefa no campo, na periferia da capital, num vaivém permanente entre quintas e campos de «semeadura»; com vontade de se fixar e para deixar a «vida ambulante», casa aos 24 anos com «um encarregado de moços» da «Quinta do Duque», em Pedrouços. Consegue colocação como operária nos Cabos Ávila, mas vem a preferir «andar a dias» por casas das redondezas: Carnaxide e Linda-a-Velha; já com três filhos, «ia à flor», aos caracóis e às verduras pelas serras, percorrendo quilómetros a pé dentro «das sementeiras que Deus fazia para nós» — vendendo-as depois na Praça da Ribeira. Por fim, e desde os seus 70 anos, torna-se vendedora de fruta — compra-a no mercado e vende-a nas ruas, «à cabeça».

Vemos também que as mulheres vêm desempenhar na cidade tarefas de tipo tradicional; se algumas passam, de facto, pela experiência nova da fábrica, a grande maioria (e a quase totalidade das casadas) executa actividades que são um prolongamento do trabalho doméstico — criada de servir, mulher a dias em casas particulares, mulher de limpeza em empresas de construção civil são trabalhos tradicionalmente femininos. Não é tanto o tipo de trabalho que se altera com a vinda para a cidade, mas antes as possibilidades e condições desse emprego: são respectivamente mais amplas e mais estáveis.

O trabalho destas mulheres corresponde a níveis de salários extremamente baixos, sobretudo em comparação com o dos homens que ocupam idênticos postos — discriminação que não tinha tanto a ver com as baixíssimas qualificações escolares daquelas, mas com o sexo. Essa situação de franca desigualdade no mercado de emprego vem aliás reforçar a ideia que partilham segundo a qual o trabalho da mulher fora de casa é uma mera «ajuda» com que «eventualmente» contribuem para um apertado orçamento familiar.

O emprego feminino goza, do ponto de vista dos significados com que é interpretado, de um estatuto de marginalidade em relação àquele que é considerado o verdadeiro trabalho (o do homem ganha-pão), bem como de um estatuto de inferioridade relativamente às outras actividades femininas dentro de casa — essas, sim, consideradas prioritárias. A importância dos trabalhos domésticos é uma opinião constante das entrevistadas. Maria José, empregada nocturna numa casa de repouso em Linda-a-Velha, declara victa:

Acho que devia de haver um ordenado para que as mulheres ficassem em casa, a cuidar da casa e dos filhos. Isso é que era bom: que os maridos ganhassem o suficiente prà gente comer e se vestir e se calçar e as mulheres ficassem em casa. Tínhamos bem que fazer!

De facto, as vozes são unânimes: «A mulher fazia falta estar em casa, mas tem de se trabalhar.»

Reencontramos resultados semelhantes aos que P. H. Chombart de Lauwe recolheu no seu estudo sobre as imagens da mulher na sociedade francesa nos finais dos anos 50. Em meio popular, as razões que se invocam para o

trabalho profissional da mulher (que, em termos de tarefas concretas, se revela monótono, repetitivo e mal remunerado) são quase exclusivamente as relativas às «necessidades económicas» da família:

*Aucune réponse n'envisage que l'intérêt du métier puisse justifier le travail de certaines femmes*²⁶.

Parece-nos difícil falar, como Shorter, do automático estatuto de emancipação que promove o trabalho assalaridado na mulher trabalhadora — isolando-o, aliás, das outras formas de trabalho que lhe cabem na família e desconhecendo o significado que se lhes atribui. Como vemos, o centro de gravidade mantém-se na família, e não no indivíduo. O lema continua a ser, utilizando o chavão de J. Scanzoni: «*If the family does well, I do too.*»²⁷ Por detrás da participação feminina no mercado de trabalho não encontramos uma súbita vontade de realização individual ou uma reclamação pessoal do direito à independência económica: encontramos famílias que continuam a necessitar do trabalho-«sacrifício»-dever das suas mulheres, dentro e fora da casa, para sobreviver.

AS FAMÍLIAS DE PROCRIAÇÃO, AS MÃES

Esta vida foi sempre assim... fui sempre uma desinfeliz, mas então o que é que hei-de fazer? [Maria Gertrudes, Barrenhos].

Na cidade, em bairros de barracas, rodeadas de conterrâneos e parentes, encontramos estas mulheres à frente de novas famílias — as suas próprias famílias de procriação. Apontámos características da sua participação no mercado de emprego. Voltamos a focar, mais directamente, a organização interna do grupo familiar a que pertencem.

A etnologia tem insistentemente focado a existência, em qualquer sociedade, de formas de divisão de trabalho — entre os sexos, por idades. As tarefas não se distribuem ao acaso nem improvisadamente: homens e mulheres, adultos e crianças, executam trabalhos distintos. Não há, contudo, regra única ou universal de distribuição de deveres: as tarefas que respeitam aos homens, numa sociedade, podem, numa outra, ser desempenhadas por mulheres.

Parsons e Zelditch pensaram encontrar na fórmula «funções expressivas» verso «funções instrumentais» a solução para caracterizar a distribuição diferenciada de papéis na família nuclear urbana: as primeiras estariam reservadas à mulher, dedicada às actividades de gestão afectiva e educativa no interior da família; as outras, destinadas ao homem, o qual, pela sua profissão, seria o responsável pela sobrevivência material, pela ligação da família à sociedade. A fórmula suscitou debate e polémica, até porque, empiricamente, nem sempre é fácil distinguir ou classificar as tarefas que, numa família concreta, respeitam exclusivamente a uma ou outra esfera. Além do mais, a estreita conotação da mulher a uma materna e passiva função afectiva

²⁶ P. H. Chombart de Lauwe, *La femme dans la société*, Paris, CNRS, 1967.

²⁷ J. Scanzoni, «Sex Roles, Family and Society: the Seventies and beyond», in *Journal of Marriage and the Family*, vol. 42, n.º 4, Novembro de 1980, p. 747.

é esquecer (mesmo para as classes médias) a importância de que se revestem as várias formas de produção e de trabalho que ela desempenha em casa, junto dos filhos, e até (pelo menos noutros meios) que ela realiza fora de casa.

No meio social que sondámos não faz qualquer sentido distinguir membros da família «activos» e «não activos». Independentemente do maior ou menor investimento afectivo que põem naquilo que fazem, os trabalhos do homem e da mulher são pilares fundamentais da sobrevivência material da família. A fronteira não se situa entre sentimento e trabalho, mas entre tipos de trabalho (dentro e fora de casa) que caracterizam uns e outros ²⁸.

Os trabalhos de marido e mulher na família são geralmente distintos e especializados. Há tarefas predominantemente femininas, trabalhos marcadamente masculinos. Esses serviços raramente se trocam e, sobretudo, não são fruto de uma decisão ou compromisso estabelecido por negociação entre os cônjuges. As tarefas assimétricas são consagradas e atribuídas numa longa tradição comunitária.

Os valores da comunidade acentuam a distinção entre dois domínios e dois proprietários: a casa e a mulher, o exterior e o homem. No entanto, estas imagens populares no discurso comum indicam sobretudo uma norma: a mulher deve governar a casa e criar os filhos; o homem deve ganhar a vida. As situações reais encontram-se, porém, desfazadas deste nível do «dever ser»: a mulher também trabalha no exterior (embora não o desejasse) e desempenha tarefas importantes na área do bairro e até mesmo na cidade. Marido e mulher contribuem, de qualquer dos modos, com serviços diferentes e complementares para a organização material da sua família.

O funcionamento destas unidades domésticas não se compreende sem atendermos à inscrição da casa no espaço mais próximo constituído pelo bairro. A abertura à comunidade e a solidariedade no exterior é realizada através da rede de mulheres parentes ou vizinhas. Esses laços de solidariedade representam como que a contrapartida ao alheamento e afastamento do homem das tarefas domésticas. Como nas sociedades camponesas, e em continuidade com as experiências rurais, há que contar com as solidariedades entre os sexos no espaço do bairro: a mulher inscreve-se numa rede de mulheres, o homem pertence a um grupo de homens. Martine Segalen chama precisamente a atenção para a necessidade de ultrapassar a visão da relação marido/mulher, nas sociedades camponesas, como unidade autónoma e isolada:

Cette relation s'inscrit dans le type particulier de la sociabilité paysanne: avant d'être un couple, les époux font partie des groupes masculin et féminin qui constituent le cadre humain fondamental des relations ²⁹.

²⁸ Aliás, é historicamente recente o modelo de comportamento e a imagem da «dona de casa», exclusivamente dedicada a tarefas de organização doméstica e educação dos filhos. Só com a revolução industrial, e fundamentalmente entre as classes médias, se dissociam duas realidades até então intrinsecamente ligadas: família e trabalho. A ideia do papel de dona de casa como atributo natural feminino é, de início, totalmente estranha às tradições e práticas das classes trabalhadoras. Só mais tarde, em finais do século XIX, ele teria penetrado algumas franjas do meio operário. Permanecerá, contudo, certamente mais como ideal a atingir do que como prática efectiva: basta atender às dificuldades de sobrevivência material nessas famílias e à indispensabilidade do salário feminino.

²⁹ M. Segalen, *op. cit.*, p. 15.

A mulher liga-se, deste modo, a duas redes de trocas: uma restrita, constituída pelo casal, com sede na casa; outra, mais vasta, compreende, no espaço do bairro, as mulheres parentes e vizinhas. Utilizando uma dicotomia clássica³⁰, podemos admitir que a rede de trocas feminina funciona com base numa solidariedade de tipo «mecânico», por oposição à «solidariedade orgânica», que distingue marido e mulher em funções distintas e complementares. Temos, por um lado, tarefas indistintas e permutáveis entre iguais; por outro, uma divisão de trabalho pela diferença entre parceiros detentores de aptidões e tarefas distintas.

Independentemente do tipo de horário de trabalho que possa exercer no exterior, cabe exclusivamente à mulher ser «dona de casa». O trabalho doméstico gira em volta da chamada «lida da casa» — arrumar, limpar, lavar, passar a ferro, remendar; mas também, e sobretudo, implica a compra, preparação e conservação de comida — que às vezes se limita ao «fazer uma panelinha de sopa». Essas actividades (acumuladas a um trabalho assalariado) são forçosamente remetidas para os «momentos livres»: as noites, as madrugadas, os dias de descanso. O homem permanece alheio a estes trabalhos: mantém com a casa uma relação meramente utilitária — usa-a e disfruta-a para satisfação das suas necessidades básicas. A mulher, pelo contrário, vive com a casa uma relação de propriedade, empenha-se na sua manutenção: é fundamental, como observa Domingas, «o ser amiga de ter a casa sempre em ordem». Como importante é também «não ser estragadona».

À mulher cabe também o dever de «governar a casa». Esse «governo» é, no fundo, a gestão da vida material da família: ela recebe, gasta, poupa, distribui dinheiro pelo marido e pelos filhos; os seus salários são aliás integralmente entregues à mulher ou mãe, que depois os orienta consoante as necessidades da família. Contrai também as dívidas em altura de escassez, enfrenta os credores: «Quando chegava ao fim da semana, já tava a contar com o dinheiro que vinha... já era para pagar a quem devia, não era? Porque a vida era muito má. Já aquele dinheiro já tava contado», conta-nos Filomena, referindo-se aos difíceis primeiros tempos da estada em Lisboa. Esta faculdade de «pôr e dispor» pressupõe, num orçamento extremamente apertado, uma viva capacidade de gestão, poupança e planeamento. A subida do nível de vida correspondente a uma fase mais adiantada do ciclo familiar e as crescentes incitações ao consumo na cidade não introduziram alterações neste papel. Continua a ser ela quem orienta as finanças familiares: com autonomia, decide não só a compra de vários bens essenciais, como também na opção entre bens de primeira necessidade e bens «supérfluos». Não raro, é o seu salário que permite esses gastos suplementares, a aquisição de um bem de luxo: um novo par de sapatos para uma filha, uma televisão, material escolar para as crianças.

Na sobrevivência material da família e na melhoria do seu nível de vida é importante a mulher saber orientar com perícia e sentido de oportunidade a mão-de-obra infantil e juvenil. Consoante o maior ou menor equilíbrio da situação financeira, põe ou tira filhos da escola, de um trabalho. Se, como nos declarou Pureza, «o problema do marido é só o de ganhar», a mulher é quem se desdobra numa cadeia de tarefas múltiplas que transformam os salários nos bens e serviços para consumo de todos. Teresa pronunciou-se, a

³⁰ Ver E. Durkheim, *A Divisão do Trabalho Social*, Lisboa, Presença, 1977.

este propósito, de forma bem clara: «Eu é que faço, eu é que desfaço, eu é que faço tudo!»

Com a instalação na cidade, a mulher torna-se pioneira na sua descoberta. Com o prolongamento do seu papel de gestora das actividades colectivas, aproveita os momentos libertos pelo trabalho assalariado para resolver os pequenos problemas burocráticos do quotidiano: a inscrição numa caixa de previdência, a consulta ao médico especialista num hospital, receber um abono de família. Estas necessidades obrigam-na a ir até à cidade, centro administrativo por excelência. É ela, mais do que ninguém, a conhecedora dos passos a dar, dos meios a utilizar, das pessoas a quem recorrer no seu interior. Gracinda, alentejana, operária das conservas de peixe, acentua a sua indispensabilidade nessas «voltinhas» para tratar de «um isto, um aquilo»:

É às caixas, é às caixas, é à escola... eu é que dou essas voltinhas todas, fazem falta... Quando foi o baptizado dos rapazes, quem deu as voltinhas fui eu... Ele não sabe nada disto... não é homem para isto... Eu até é que tratei dos papéis dele quando mudou de um emprego para o outro.

Como vemos, o contraste é grande entre uma mulher que se dispersa num leque variado de actividades dentro ou fora de casa e um homem cuja actividade se concentra quase exclusivamente no trabalho remunerado. A acumulação e a sobrecarga de tarefas de que são alvo as mulheres são relativamente independentes do estatuto de «trabalhadora» de que eventualmente gozam no exterior: este trabalho profissional e o respectivo salário não são condição necessária ou suficiente para um maior equilíbrio ou simetria na distribuição de deveres entre os cônjuges. A optimista hipótese de A. Michel³¹ segundo a qual o estatuto profissional da mulher (no sentido de «trabalho no exterior») seria um dos mais significativos determinantes da interacção conjugal não é aqui confirmada: ele não assegura automaticamente uma repartição mais igualitária das decisões e tarefas domésticas entre os cônjuges. Para compreender essa disparidade é fundamental ter em conta todo um conjunto de elementos que se prendem ao trabalho feminino: o meio social a que se refere, a função que desempenha na unidade doméstica, o significado que lhe atribuem as suas protagonistas e os seus parceiros, os níveis de salário correspondente e os tipos de tarefas em que concretamente se traduzem.

Os movimentos centrípetos da dona de casa e as deslocações centrífugas do seu companheiro têm, no entanto, um ponto de contacto nos terrenos afins à barraca. Os cônjuges dedicam-se em conjunto e regularmente, com a ajuda dos filhos, a actividades produtivas: a cultura duma horta, dum pequeno pomar, a criação de animais. Os produtos obtidos destinam-se geralmente ao consumo da própria família. Não se exclui, porém, a sua venda no bairro ou no mercado local. A construção da barraca ou os pequenos trabalhos de melhoria, conservação ou aumento da casa reúnem também o conjunto de membros da família — até porque a construção civil é um mundo familiar aos homens. Estas actividades mistas e partilhadas são, no entanto, raras e pontuais na vida da família. Têm o carácter da excepção que confirma a regra. Quotidiana e regularmente, ela decorre segundo uma separação, distinção e complementaridade das tarefas entre os dois sexos.

REFLEXÕES FINAIS. A MIGRAÇÃO E O TRANSPORTE DE ESTRATÉGIAS FAMILIARES

Recapitulemos agora os vários tópicos abordados em função das nossas questões iniciais. Partimos de uma interrogação: qual o impacto da vinda para a cidade e do contacto com o mundo industrial no trabalho de mulheres de origem rural? Interessava-nos não só detectar quais os tipos e características desse trabalho feminino na cidade (e compará-los aos do campo), mas sobretudo entender de que modo o processo de migração afectaria a sua relação com as estratégias dos grupos familiares a que pertenciam — de orientação ou de procriação.

No campo e na cidade, e apesar da parcelarização da força de trabalho que acompanha a sua entrada nos sectores secundário e terciário, a família mantém-se uma unidade de trabalho. Não obstante o ingresso e participação individual no mercado de emprego, pais e filhos trabalham no interesse da família. É aliás a partir deste centro colectivo que se decide dos tipos e modalidades de empenhamento dos vários membros nas actividades realizadas dentro ou fora de casa.

Adultos e crianças, homens e mulheres, são agentes da sobrevivência material do grupo; para ela contribuem com a própria mão-de-obra ou com o salário que recebem. Na cidade, a família pode perder parte das suas funções de produção, embora não totalmente: cultivam-se hortas, cria-se gado nos terrenos vizinhos das barracas ou na orla dos bairros. Ao invés, é cada vez mais acentuada a sua função de consumo: este pode até ser alargado, em fases mais prósperas do ciclo familiar, a outros bens que não os essenciais.

No interior da família, a divisão das tarefas estabelece-se a partir de dois critérios rígidos: o sexo e a idade. Se a todos se exige trabalho, essa participação é diferenciada. No homem concentra-se a função de ganha-pão: ele é o responsável pela aquisição de proventos no exterior da casa; a mulher, pelo contrário, dispersa-se num conjunto de actividades várias: os trabalhos remunerado e produtivo, os quais permitem alargar a margem mínima de sobrevivência do grupo ou enriquecer o leque de bens de consumo; estes têm, porém, de ser compatíveis e acumulados com outras tarefas que exerce em total autonomia e exclusividade: as de dona de casa (onde requisita a ajuda das filhas), as de mãe (em que é ajudada pelos filhos mais velhos). Na cidade é cada vez maior a tensão entre os seus vários papéis, sendo por vezes temporariamente forçada a prescindir, em fases críticas do ciclo de maternidade, do trabalho no exterior da casa. Caracterizámos este modelo como sendo organizado por uma «solidariedade orgânica». Homem e mulher especializam-se em tarefas diferentes, executadas em espaços diferentes. Essas tarefas não são permutáveis, isto é, as trocas ou as partilhas de papéis entre marido e mulher são raras. Contrastam, aliás, com a troca recíproca (a solidariedade mecânica) de serviços entre mulheres parentes e vizinhas.

Dissemos que a mulher conhece, organiza e executa o trabalho doméstico com total autonomia; em famílias onde a sobrevivência material é a primeira necessidade é ela quem indiscutivelmente gere o orçamento familiar. Com sentido de oportunidade, gere a ocupação da mão-de-obra infantil e juvenil. Na cidade, a mulher detém ainda, no prolongamento do seu papel de dona de casa, para além dos outros já assinalados, o conhecimento e a gestão da dimensão burocrática e administrativa da vida da família; vimos como ela é o elemento-chave da ligação entre o grupo familiar e as instituições oficiais com sede em Lisboa.

Entre família e trabalho há assim uma interligação profunda. Essa ligação é aliás logo patente nos critérios valorizados na escolha do cônjuge: se o sentimento aproxima rapazes e raparigas, a avaliação mútua em termos de capacidade para o trabalho é uma constante — facilitada, até, pela acentuada homogeneidade socioprofissional dos parceiros. Mesmo na cidade, e entre jovens operários, estamos longe de uma escolha liberta das pressões ou presença da comunidade.

Nas uniões de facto vivem-se situações semelhantes. Mesmo naquelas, como acontece entre casais operários de origem urbana, em que a não institucionalização do laço conjugal tem um carácter definitivo, a ligação à comunidade e aos seus valores é vigorosa. Encontramos uma idêntica rigidez na distribuição das tarefas entre marido e mulher, companheiros de trabalho. As estratégias individuais, e nomeadamente respeitantes ao trabalho feminino, estão subordinadas aos interesses de sobrevivência do grupo. As mulheres trabalham fora de casa enquanto as necessidades económicas das suas famílias o exigem (o que, para a maioria, corresponde a toda a vida), mas valorizam acima de tudo os seus papéis dentro de casa — consideradas imprescindíveis a uma eficiente organização interna material e afectiva.

Quais são, então, as características do trabalho feminino remunerado na cidade? Para a família, o trabalho remunerado da mulher representa um contributo adicional para um precário orçamento, contributo esse que por vezes possibilita a aquisição de bens «menos» essenciais ou até um início de poupança. A mulher, por sua vez, encara essa actividade — apesar da permanência que por vezes a caracteriza — como mera «ajuda», isto é, como «sacrifício» possível que pode fazer pelos seus, «para ajudar o marido». À irregularidade e variabilidade desta actividade profissional opõem-se a constância, a exclusividade e a regularidade do seu papel de mãe e de dona de casa. Aí investe, de forma decisiva, a sua personalidade.

A irregularidade de ocupação em formas de trabalho assalariado é muito nítida na cidade e nas mulheres com filhos em idade «de criação»; é então que surge a maior incompatibilidade entre os vários papéis femininos. É assim frequente encontrarmos mulheres temporariamente «desempregadas». As mulheres casadas dispõem (relativamente às solteiras) de possibilidades de emprego menos variadas.

A mulher das classes trabalhadoras, solteira ou casada, no campo ou na cidade, não trabalha para si. De facto (e, aliás, como o marido), ela não é «economicamente independente»: ganha para uma família — de orientação enquanto é solteira, de procriação quando se casa. Da mesma maneira, não migra para a cidade para se libertar do controlo da família: a sua vinda insere-se numa estratégia colectiva de fuga às crescentes dificuldades da vida camponesa e de investimento mais rendável de mão-de-obra num mercado em que a oferta e a regularidade de emprego são mais vastas. O grupo doméstico consegue, assim, ultrapassar uma situação de crise e reassegurar a sua sobrevivência material.

Os tipos de trabalho que as mulheres vêm executar na cidade contribuem para reforçar os padrões de comportamento adquiridos. Em Lisboa, elas desempenham tarefas idênticas às que desempenhavam em meio rural ou que constituem um prolongamento da sua actividade doméstica — tarefas «tradicionalmente» femininas. Algumas conseguem empregar-se na fábrica, mas essa passagem é breve. As «filhas de Lisboa», pelo contrário, caracterizam-se por um ingresso mais regular e uma permanência mais demorada na

indústria. A maioria encontra emprego na lavoura ou no sector dos pequenos serviços (são mulheres a dias, amas de meninos ou criadas de servir).

A chegada à cidade parece não alterar substancialmente as características do trabalho feminino remunerado e a sua função de contributo financeiro suplementar para o grupo familiar. Essas características não se compreendem aliás isoladamente, mas antes em relação com as outras formas de trabalho que constituem o papel multifacetado da mulher dentro e fora de casa, papel esse que já detinha na terra, antes da partida. O seu estatuto de dona de casa e de mãe não só se mantém, como ainda se reforça.

Nas novas comunidades acantonadas em bairros de barracas continuam de pé os padrões de comportamento característicos de lugares camponeses. Estamos longe, nesta primeira geração de migrantes, daquilo que Shorter designou como uma «desagregação dos valores tradicionais» e uma «nova constelação» de valores individualistas. Não é a cidade nem o salário que automaticamente conferem à mulher das classes trabalhadoras uma inédita emancipação. Aliás, como vimos, seria incorrecto pensar que, no campo, antes da partida, a mulher fosse um elemento passivo e dependente da vida familiar. Apesar do que o discurso tradicional da comunidade possa dizer a respeito do seu lugar inferior na família, a mulher dispõe de um poder de facto dentro de casa e executa fora dela tarefas indispensáveis à sobrevivência colectiva. Esse papel prolonga-se e sobrevive nas famílias recém-instaladas na cidade. O que nos faz concluir que o processo de migração não interrompe a estreita ligação entre trabalho feminino e estratégias familiares.

É também interessante destacar, do que ficou exposto, a função activa que desempenhou a rede de parentesco ao longo do processo de migração e instalação na cidade. Por detrás da mobilidade geográfica dos indivíduos, da sua integração num meio estruturalmente novo e das suas trajectórias de trabalho, descobrem-se consistentes estratégias familiares.

A migração adquire a forma de um autêntico empreendimento familiar: nos motivos que a provocam, nas redes de apoio local que a possibilitam, nos motivos que a orientam. Um indivíduo, e sobretudo uma rapariga, não parte isolado, mas sim enquadrado numa rede de parentes e vizinhos solidários. A clandestinidade do alojamento na cidade e a sua marginalização no espaço urbano reforçam esses laços. É no seio da família, e em função das necessidades de cada etapa do ciclo familiar, que se mobiliza, recruta e gere a mão-de-obra (reconvertida em salários) que permitirá a sobrevivência colectiva. Na cidade, a rede de parentes tem aliás um papel decisivo na procura de casa e de emprego, no contacto com empregadores.

Em Lisboa, como na terra, a família representa por excelência para o indivíduo, e sobretudo para a mulher, o local da sobrevivência económica. A precariedade do nível de vida, a instabilidade e descontinuidade do emprego, os baixos salários, a inexistência de protecção do Estado nos casos frequentes de doença, invalidez, velhice e morte do trabalhador tornam a família o local privilegiado da sobrevivência e assistência material. Unidade de trabalho em que todos participam através do emprego remunerado, a família conserva ainda algumas funções produtivas que permitem minorar o estado de emergência da vida quotidiana.

Entre famílias nucleares distintas, e sobretudo para as mulheres empregadas, trocam-se quotidianamente serviços de importância incontestável. Num contexto em que os apoios oficiais exteriores às tarefas domésticas ou maternais faltam ou são imcomportáveis para as finanças familiares, em que o marido se lhes mantém alheio, a ajuda fornecida por outras mulheres da

família é por vezes decisiva. Como exemplo podemos apontar a guarda de bebés e crianças pequenas, a qual possibilitou, em alguns casos, a partida das suas mães da terra ou o seu ingresso no mercado de trabalho da cidade. A própria construção da barraca, por seu turno, beneficiou da entreada de vizinhos e parentes, reunidos nas horas libertas do trabalho.

A família oferece também a rede mais rica de sociabilidade e de trocas afectivas para o migrante. A marginalização espacial e social dos bairros de barracas e dos seus moradores, o seu fechamento à cidade, a proximidade dos locais de trabalho, o baixo nível de vida, retraem os indivíduos de saídas para o exterior. Os tempos livres, as amizades, vivem-se entre vizinhos e parentes dentro dos bairros. E, se a taberna reúne homens vizinhos e colegas da fábrica à volta de um copo de três, a casa e a rua para a qual ela se abre são o ponto de convívio das mulheres enquanto apressam uma lida da casa em atraso.

É na família, finalmente, que se guarda a identidade, regional e social, do indivíduo. Nela se conserva a memória da terra de origem, assim como o roteiro das representações com as quais se interpretam também as novas situações na cidade. Nesse roteiro complexo tomam sentido os vincados sotaques regionais, os cântaros de barro com que se vai buscar água à fonte, as arcas pesadas de madeira escura onde se guarda o enxoval, os tachos negros do arroz de forno, mas também os autocolantes de um partido, a televisão a cores, o carro em segunda mão. Ainda hoje, no bairro, os indivíduos se identificam por laços de sangue e de vizinhança; comentários como «é da minha criação», «o João da Antónia», «ali vai a nora do Balula» são frequentes e reveladores desse papel da família (e da terra a que se liga).

Entre família e processos sociais não se constitui, assim, uma relação mecânica de dependência entre a unidade e o todo. Porque a família é a sede de estratégias estruturadas de grupos, consolidadas e transportáveis, estabelece-se entre ambas uma dinâmica de troca recíprocas. A articulação entre essas duas esferas, família e sociedade, é aliás particularmente ilustrada pela significativa questão da escolarização das crianças. É na cidade, onde os melhores empregos requisitam mão-de-obra especializada e qualificada, que a ida à escola começa a integrar duradouramente a estratégia familiar. Apesar de atrasada a sua entrada na vida activa, os pais apostam na aprendizagem escolar dos filhos, a qual trará, a longo prazo, como contrapartida para a família, salários mais elevados. Por outro lado, esta entrada da criança na escola constitui, a nosso ver, um dos decisivos factores de mudança deste modelo de família — pela reorganização que lentamente produz das funções da criança no seu interior. Reencontramos, curiosamente, as teses de P. Ariès: a organização interna da família vai sendo modificada à medida que se transformam as relações entre pais e filhos. A criança passa a representar, durante um período de tempo cada vez mais longo, um pesado custo — que a família suporta não sem dificuldade. Junto dos pais fortalecem-se os incentivos à adopção de uma estratégia eficaz de controlo de nascimentos. A família terá tendência a contrair a sua dimensão para poder melhorar, em termos de qualidade, a socialização da criança e o trajecto profissional do futuro trabalhador.

Compreendemos assim que a família não se acomoda passivamente a um processo de migração e de instalação na cidade que lhe seria estranho e exterior. É a própria família, organizada em estratégias, e não o indivíduo em fuga solitária, que toma parte activa nesse processo, lhe empresta a sua dinâmica e lhe fornece o seu suporte — mantendo-se uma forte célula de sobre-

vivência (material, afectiva e cultural) do migrante. Nessa estratégia colectiva entendemos as características e funções dos trabalhos femininos, dentro e fora de casa.

As conclusões a que chegámos são, obviamente, relativas a uma franja de um meio social particular, seleccionado todavia em consonância com um problema teórico. Os resultados enunciados não deverão, pois, ser abusivamente extrapolados para outros grupos sociais. Gostaríamos, aliás, de os aferir a resultados de investigações de objectivos semelhantes em meios idênticos ou diversos. As abordagens em profundidade é necessário ainda juntarem-se as investigações que permitam uma visão geral e extensiva. Só assim disporemos de elementos para poder compreender e explicar as características do trabalho das mulheres na sociedade portuguesa — envolvendo, pelo menos, metade da sua população.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA INTERNACIONAL

- Anderson, Michael, *Approaches to the history of modern family 1500-1914*, Londres, The Economic History Society, 1980.
- Ariès, Philippe, *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*, Paris, Éditions du Seuil, 1975.
- Bassand, Michel, e Kellerhals, Jean, *Familles Urbaines et Fécondité*, Genebra, Georg, 1975.
- Blunden, K., *Le travail et la vertu-femmes au foyer: une mystification de la Révolution Industrielle*, Paris Payot, 1982.
- Bourdieu, Pierre, «Marriage Strategies as Strategies of social reproduction», in Robert Forster e Orest Ranum (eds.), *Family and Society*, Baltimore, John Hopkins University Press, 1976, pp. 117-144.
- Bourdieu, Pierre, *Esquisse d'une théorie de la pratique*, Paris, Droz, 1972.
- Durkheim, E., *A Divisão do Trabalho Social*, Lisboa, Presença, 1977.
- Flandrin, Jean-Louis, *Familles — parenté, maison, sexualité*, Paris, Hachette, 1976.
- Flandrin, Jean-Louis, *Les Amours Paysannes (XVI^e-XIX^e)*, Paris, Gallimard/Julliard, 1975.
- Flandrin, Jean-Louis, «Mariage tardif et vie sexuelle, discussions et hypothèses de recherche», in *Annales*, Novembro-Dezembro de 1972, ano 27.^o, n.^o 6, pp. 1351-1378.
- Frey, M., «Du mariage et du concubinage dans les classes populaires à Paris (1846-47)», in *Annales E. S. C.*, vol. 33, n.^o 4, Julho-Agosto de 1978.
- Hoggart, R., *La culture du pauvre*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1970.
- Kellerhals, J., et al., *Mariages au quotidien*, Lausana, Éd. Pierre Marcel Favre, 1982.
- Kellerhals, J., et al., *Microsociologie de la famille*, Paris, PUF, 1984.
- Laslett, Peter, *O Mundo Que Nós Perdemos*, Lisboa, Edições Cosmos, 1975.
- Lauwe, P. H. Chombart de, *La femme dans la société — son image dans différents milieux sociaux*, Paris, CNRS, 1967.
- Levi-Strauss, C., *Les structures élémentaires de la parenté*, Paris, Mouton, 1981.
- McDonald, G. W., «Structural exchange and marital interaction», in *Journal of Marriage and the Family*, vol. 33, n.^o 4, Novembro de 1981, pp. 825-839.
- Macfarlane, Alan, *Família, Propriedade e Transição Social*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980.
- Michel, A., *Sociologie de la famille et du mariage*, Paris, PUF, 1978.
- Nye, F. I., «Choice, exchange and the family», in Burr, Hill, Nye e Reiss, *Contemporary theories about the family*, Nova Iorque, The Free Press, 1979, pp. 1-41.
- Oakley, A., *Woman's work — the housewife, past and present*, Harmondsworth, Penguin Books, 1974.
- Parsons, T., e Bales, Robert, *Family Socialization and Interaction Process*, Nova Iorque, The Free Press, 1955.
- Roussel, L., «Mariages et divorces. Contribution à une analyse systématique des modèles matrimoniaux», in *Population*, 6, 1980, pp. 1025-1040.
- Scott, Joan, «The History of the family as an affective unit», in *Social History*, vol. 4, n.^o 3, Outubro de 1979, pp. 509-517.

- Scott, Joan, e Tilly, Louise, «Woman's work and the family in nineteenth-century Europe», in *Comparative Studies in Society and History*, vol. 57, n.º 1, Janeiro de 1975, pp. 36-64.
- Scanzoni, John, «Sex Roles, Family and Society: the Seventies and beyond», in *Journal of Marriage and the Family*, vol. 42, n.º 4, Novembro de 1980.
- Scanzoni, *Sex Roles, Women's work and marital Conflict*, Massachusetts, Lexington Books, 1978.
- Segalen, M., *Mari et femme dans la société paysanne*, Paris, Flammarion, 1980.
- Segalen, M., *Sociologie de la Famille*, Paris, A. Colin, 1981.
- Shorter, E., «Capitalism, culture and sexuality: some competing models», in *Social Science Quarterly*, vol. 53, Setembro de 1972, pp. 338-356.
- Shorter, E., «Différences de classe et sentiments depuis 1750 — l'exemple de la France», in *Annales*, ano 29, n.º 4, Julho-Agosto de 1974, pp. 1034-1057.
- Shorter, E., «Female Emancipation, Birth Control and Fertility in European History», in *American Historical Review*, vol. 78, n.º 3, Junho de 1973, pp. 605-639.
- Shorter, E., *Naissance de la Famille moderne*, Paris, Seuil, 1977.
- Stone, Lawrence, *The Family, Sex and Marriage in England, 1500-1800*, Nova Iorque, Harper Colophon Books, 1979.
- Tilly, Louise, «Individual lives and family strategies in the French proletariat», in *Journal of Family History*, vol. 4, n.º 2, Verão de 1979, pp. 137-151.
- Tilly, Louise, e Scott, Joan, *Women, work and Family*, Nova Iorque, Holt Rinehart Winston, 1978.
- Tilly, Louise, Scott, Joan, e Cohen, Myriam, «Women's work and European Fertility patterns», in *Journal of Interdisciplinary History*, vol. vi, n.º 3, Inverno de 1976, pp. 447-476.

BIBLIOGRAFIA NACIONAL

- Brito, Raquel S., *Lisboa — Esboço Geográfico*, Lisboa, separata da Junta Distrital de Lisboa, 1976.
- Cutileiro, José, *Ricos e Pobres no Alentejo*, Lisboa, Sá da Costa, 1977.
- Descamps, Paul, *Histoire Sociale du Portugal*, Paris, Firmin-Didot et Cie Editeurs, 1959.
- Descamps, Paul, *Le Portugal — la vie sociale actuelle*, Paris, Firmin-Didot et Cie Editeurs, 1935.
- Dias, Jorge, «Algumas considerações acerca da estrutura social do povo português», in *Ensaios Etnológicos*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1961.
- Nazareth, J. M., *Aspects régionaux de l'évolution de la fécondité au Portugal — 1930/1970*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1975-76.
- Nazareth, J. M., «Dinâmica da população portuguesa», in *Análise Social*, n.º 56, vol. xiv, 1978, pp. 729-800.
- Nazareth, J. M., *O Envelhecimento da População Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1979.
- Romão, Isabel, *A Situação Demográfica da População Feminina em Portugal*, «Cadernos Condição Feminina», n.º 3, Presidência do Conselho de Ministros/Comissão da Condição Feminina, Setembro, 1976.
- Romão, Isabel, *A Situação de Trabalho das Mulheres Portuguesas*, «Cadernos Condição Feminina», n.º 4, Presidência do Conselho de Ministros/Comissão da Condição Feminina, Dezembro, 1976.